SIMULADOS
IGEPP ONLINE

EPPGG-RJ-SEPLAG

Simulado 1

Prova Objetiva de Conhecimentos Gerais e Específicos

Área: Governança e Gestão Governamental

WWW.IGEPP.COM.BR

Autor: EQUIPE IGEPP ONLINE

SIMULADO 1

16.08.2025

CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

[EPPGG(RJ)SEPLAG]

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1 – Este simulado conta com **questões inéditas, adaptadas e/ou recentemente aplicadas pela Banca FGV**, selecionadas e elaboradas com foco na preparação para o concurso de **Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do Estado do Rio de Janeiro – Área: Governança e Gestão Governamental**, considerando as informações e diretrizes disponíveis no **Termo de Referência** da seleção.

Este primeiro simulado integra o **Ciclo 01 – Raio-X Pré-Edital** e possui também caráter diagnóstico, abrangendo conteúdos relevantes para a preparação do EPPGG-RJ, inclusive assuntos que poderão ser aprofundados nos próximos blocos e ciclos de estudo.

2 – A Prova Objetiva é composta por **100 (cem) questões de múltipla escolha**, numeradas sequencialmente, cada uma com **5 (cinco) alternativas e apenas 1 (uma) resposta correta**, observada a seguinte distribuição:

- **40 (quarenta) questões de Conhecimentos Gerais;**
- **60 (sessenta) questões de Conhecimentos Específicos.**

A quantidade e a distribuição das questões reproduzem, neste primeiro simulado, a **estrutura prevista no Termo de Referência para a Prova Objetiva do concurso de EPPGG-RJ**.

3 – O gabarito do Simulado Ciclo 01 – Raio-X Pré-Edital será divulgado na terça-feira, dia 18/08/2026, às 20h (horário de Brasília).

Juntamente com a divulgação do gabarito, serão apresentadas as **orientações e o prazo para o encaminhamento de eventual divergência em relação às respostas indicadas pela equipe de professores**.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números 01 a 07.

“Nasce daqui uma questão: se vale mais ser amado que temido ou temido que amado. Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar; mas porque é difícil juntá-las, é muito mais seguro ser temido que amado, quando haja de faltar uma das duas. Porque dos homens que se pode dizer, duma maneira geral, que são ingratos, volúveis, simuladores, covardes e ávidos de lucro, e enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus, oferecem-te o sangue, os bens, a vida e os filhos, quando, como acima disse, o perigo está longe; mas quando ele chega, revoltam-se.”

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. (adaptado)

01. Com base no texto, assinale a alternativa correta. Para Maquiavel, o homem é:
(A) Possuidor de virtudes, com disposição para praticar o bem a si e aos outros.
(B) Historicamente irracional com características antissociais e sem direitos sociais.
(C) Enriquecido, valendo-se de sua fortuna para alcançar sucesso na política.
(D) Conduzidos por interesses, uma vez que suas ações são imprevisíveis e variáveis.
(E) Marcado pela facilidade em se socializar, principalmente por manter relações pacíficas entre os seus pares.

02. Ao ler o fragmento retirado da obra e Maquiavel, pode-se afirmar que a questão central abordada no início do texto é:
(A) A importância de ser temido e amado de igual forma.
(B) A dificuldade de ser tanto temido quanto amado.
(C) A superioridade de ser amado em relação a ser temido.
(D) A superioridade de ser temido em relação a ser amado.
(E) A importância da gratidão nos relacionamentos.

03. A razão apresentada pelo autor para a escolha de ser temido em vez de amado é:
(A) Porque o autor acredita que ser temido é mais nobre do que ser amado.
(B) Porque ser temido é mais fácil de conquistar do que ser amado.
(C) Porque o autor considera que as pessoas são, em geral, ingratas e volúveis.
(D) Porque ser temido gera mais vantagens financeiras.
(E) Porque o autor acredita que a gratidão é essencial nos relacionamentos.

04. Pergunta: Qual é a visão do autor sobre a natureza humana, conforme expressa no texto?
(A) O autor tem uma visão otimista da natureza humana, acreditando que as pessoas são leais e confiáveis.
(B) O autor descreve a natureza humana como covarde e previsível.
(C) O autor considera que as pessoas são naturalmente virtuosas.
(D) O autor vê a natureza humana como ingrata, volúvel e egoísta.
(E) O autor acredita que as pessoas são sempre corajosas em face do perigo.

05. O vocábulo "volúvel" no texto guarda relação semântica por aproximação ao termo:
(A) Efêmero
(B) Honesto
(C) Egoísta
(D) Desiludido
(E) Dissimulado

06. Assinale a alternativa correta em relação à norma-padrão de colocação pronominal.
(A) O trecho “enquanto lhes fazes bem são inteiramente teus” poderia ser reescrito da seguinte

forma: “enquanto faze-lhes bem são inteiramente teus”.
(B) Em “Responde-se que ambas as coisas seriam de desejar”, o pronome átono poderia ocupar a posição proclítica sem ferir a correção gramatical.
(C) A posição dos pronomes em “oferecem-te” e “revoltam-se” são justificadas por regras distintas.
(D) O trecho “mas porque é difícil juntá-las”, mantendo a correção gramatical, poderia ser reescrito da seguinte forma: mas porque é difícil juntar-las”.
(E) O “se” na primeira linha é um pronome oblíquo átono que se encontra na posição de próclise.

07. No trecho - ...se vale mais ser amado que temido ou temido que amado... – estabelece-se uma relação por
(A) Subordinação, cujo sentido é de proporção.
(B) Subordinação, cujo sentido é de comparação.
(C) Coordenação, cujo sentido é de adição.
(D) Subordinação, cujo sentido é de consequência.
(E) Coordenação, cujo sentido é de alternativa.

Leia o texto, para responder às questões de números 08 a 10.

Problemas do Rio de Janeiro
O Rio de Janeiro, com sua mistura de beleza natural, cultura vibrante e complexidade urbana, enfrenta uma série de desafios que afetam o dia a dia dos seus moradores. Nos últimos tempos, três questões têm se destacado como as principais preocupações da população: a violência urbana, o transporte público e a saúde pública.
A violência continua sendo um dos principais problemas no Rio de Janeiro. Assaltos, tiroteios e conflitos em áreas dominadas pelo tráfico de drogas e pelas milícias criam um cenário de insegurança. Além disso, a criminalidade tem impactos diretos na economia local, afetando o turismo, os negócios e a qualidade de vida da população.
As soluções para isso são:
Investimento em Segurança Pública: aumentar o número de policiais nas ruas, melhorando o treinamento e a capacitação, e fornecendo equipamentos adequados. Focar em inteligência policial para combater as redes de tráfico e milícias.
Fortalecimento das Políticas Sociais: a violência urbana não pode ser combatida apenas com repressão. É essencial investir em educação, cultura e oportunidades de emprego, especialmente nas comunidades mais vulneráveis, para reduzir a entrada de jovens no crime.
Policiamento Comunitário: implementar o policiamento comunitário que promova uma relação de confiança entre os cidadãos e as forças de segurança, incentivando a denúncia de crimes e colaborando na prevenção.
(Evandro Brasil, 24/11/2024)

08. Infere-se do segmento “Nos últimos tempos, três questões têm se destacado como as principais preocupações da população: a violência urbana, o transporte público e a saúde pública.” que
(A) essas preocupações são decorrentes de pesquisas sociais.
(B) as três preocupações citadas estão em ordem de importância.
(C) o autor do texto selecionou, entre outras, as preocupações citadas.
(D) as preocupações citadas estão incluídas no setor econômico e social.
(E) o desenvolvimento do texto vai ocupar-se somente da mais importante das preocupações citadas.

09. O Texto pode ser classificado como
(A) normativo, pois traz indicações para que os problemas do Rio sejam solucionados.
(B) publicitário, já que traz indicações positivas da natureza do Rio a fim de atrair turistas.
(C) didático, visto que procura ensinar aos leitores como identificar os problemas cariocas.
(D) informativo, pois seleciona no noticiário aspectos interessantes de leitura sobre o Rio.
(E) exortativo, já que se propõe a exortar os cariocas a se defenderem dos problemas que os afligem.

10. Leia o segmento a seguir.

Policiamento Comunitário: implementar o policiamento comunitário que promova uma

relação de confiança entre os cidadãos e as forças de segurança...
Nesse segmento, como em outros do Texto, há o emprego de infinitivo, assim como nas frases apresentadas a seguir.
Assinale a opção que apresenta a frase em que essa forma verbal mostra sentido passivo.

(A) “Ouviu bater oito horas. Daí a pouco entrariam provavelmente Pedro e Paulo.” (*Esaú e Jacó*)
(B) “Helena deixou-se cativar desse sentimento de abstenção e elevação.” (*Helena*)
(C) “A luz batia de chapa no rosto da moça; Félix viu tremerem-lhe duas lágrimas nos olhos...” (*Ressurreição*)
(D) “Vi passarem os primeiros dias da separação, duros e opacos.” (*Dom Casmurro*)
(E) “O próprio som do piano, que fez calar todos os rumores, não o atraiu à terra.” (*Quincas Borba*)

LÍNGUA INGLESA

READ THE FOLLOWING TEXT CAREFULLY AND ANSWER QUESTIONS 11 TO 13.

Social Dimensions of Climate Change
Extreme weather events are deeply intertwined with global patterns of inequality. The poorest and most vulnerable people bear the brunt of climate change impacts yet contribute the least to the crisis. As the impacts of climate change mount, millions of vulnerable people face disproportionate challenges in terms of loss of jobs; physical harm; disease; mental health effects; food insecurity; access to water; migration and forced displacement; loss of shelter, assets, and community ties, and other related risks.
Some people are more vulnerable to climate change than others. For example, workers in sectors such as agriculture, fishing, and tourism rely on natural resources that are particularly sensitive to increasingly unpredictable weather and seasonal patterns. Female-headed households, children, persons with disabilities, Indigenous Peoples and ethnic minorities, landless tenants, migrant workers, displaced persons, older people, and other socially marginalized groups often have fewer financial and other resources to cope with and recover from shocks which might threaten their wellbeing and the wellbeing of their families. The root causes of their vulnerability lie in a combination of their geographical locations; their financial, socio-economic, cultural, and social status; and their access to resources, services, and decision-making power.
The poor are often not just among the most vulnerable to climate change, but also disproportionately impacted by measures to address it. These impacts can include increased costs of living, loss of livelihoods, and limited access to resources and support systems, which exacerbate existing inequalities and poverty trends. In the absence of well-designed and citizen-centered policies, efforts to tackle climate change can have unintended consequences for the livelihoods of certain groups, including placing a higher financial burden on poor households [...].
While much progress has been made on the science and the types of policies needed to support a transition to low carbon, climate-resilient development, a challenge facing many countries is engaging citizens who are concerned that they will be unfairly impacted by climate policies. Citizen-centered programs play a vital role in ensuring that resources are used efficiently. Engaging people in shaping climate action is equally critical for achieving lasting impact. This means ensuring transparency, access to information, and active citizen engagement on climate risks and green growth. Such involvement can help build public support to reduce climate impacts, overcome behavioral and political barriers to decarbonization, as well as foster both new ideas and a sense of ownership over solutions.
Moreover, communities bring unique perspectives, skills, and a wealth of knowledge to the challenge of strengthening resilience and addressing climate change. They should be engaged as partners in resilience-building rather than being regarded merely as beneficiaries. Research and experience

show that community leaders can successfully set priorities, influence ownership, as well as design and implement investment programs that are responsive to their community's own needs. A 2022 report by the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) recognizes the value of diverse forms of knowledge — such as scientific, Indigenous, and local knowledge — in building climate resilience. Innovations in the architecture of climate finance can connect communities and marginalized groups to the policy, technical, and financial assistance that they need for locally relevant and effective development outcomes.
From: World Bank — Social Dimensions of Climate Change

11. Based on the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F).
( ) Harsh climate conditions exert a uniform impact across populations.
( ) Supporting citizen involvement is key to building commitment.
( ) At this stage, the challenges have been wholly addressed and handled.
The statements are, respectively:
A) T, F, T.
B) F, T, F.
C) T, T, F.
D) F, T, T.
E) F, F, T.

12. "Yet" in "yet contribute the least" (1st paragraph) introduces an idea of:
A) time.
B) contrast.
C) condition.
D) emphasis.
E) repetition.

13. The modal verb in "They should be engaged as partners" (5th paragraph) indicates a(n):
A) obligation.
B) prediction.
C) suggestion.
D) permission.
E) willingness.

READ THE FOLLOWING TEXT CAREFULLY AND ANSWER QUESTIONS 14 AND 15
A Collapse of the Amazon Could Be Coming 'Faster Than We Thought
A new study weighed a range of threats and variables in an effort to map out where the rainforest is most vulnerable.
Up to half of the Amazon rainforest could transform into grasslands or weakened ecosystems in the coming decades, a new study found, as climate change, deforestation and *severe droughts* like the one the region is currently experiencing damage huge areas beyond their ability to recover.
Those stresses in the most vulnerable parts of the rainforest could eventually drive the entire forest ecosystem, home to a tenth of the planet's land species, into acute water stress and past a tipping point that would trigger a forest-wide collapse, researchers said.
While earlier studies have assessed the individual effects of climate change and deforestation on the rainforest, this peer-reviewed study, *published on Wednesday in the journal Nature*, is the first major research to focus on the cumulative effects of a range of threats.
"This study adds it all up to show how this tipping point is closer than other studies estimated," said Carlos Nobre, an author of the study. Dr. Nobre is a Brazilian Earth systems scientist who studies how deforestation and climate change might permanently change the forest.
The study overlapped data on forest cover, temperature and rainfall patterns, and then factored in other variables that might make various sections of the forest more or less fragile, like the presence of roads or legal protections, to map out where the rainforest is most likely to transform.
The regional profiles that emerged showed that a tenth of the Amazon was highly vulnerable to transforming into grasslands or degraded ecosystems with lower tree cover. Another 47 percent of the forest has moderate potential to

transform, they found, including mostly untouched areas that are more vulnerable to extreme droughts like the current one.

These changes could push the forest to a tipping point that would lead to the collapse of the whole forest ecosystem.

“We don’t really know when we are going to reach it,” said Bernardo Flores, a postdoctoral researcher at the Federal University of Santa Catarina and the lead author of the study. But, he added, as the *drought that set in last year* shows, “we are approaching it faster than we thought.”

Lincoln Muniz Alves, a climatologist at the National Institute for Space Research in Brazil who wasn’t involved in the study, said the study added to a growing body of knowledge about the forest’s resilience to the variety of challenges it faces. “The study makes progress in the understanding of the tipping point,” he said. “In general, previous scientific papers have mostly explored the impact of deforestation.”

Recent research has shown that parts of the forest in the southeast of the Amazon that have experienced large-scale deforestation and fires have already started emitting more carbon dioxide than they absorb because the rainforest there has been damaged past the point of recovery.

The collapse of part or all of the Amazon rainforest would release the equivalent of several years’ worth of global emissions, possibly as much as 20 years’ worth, into the atmosphere as its trees, which store vast amounts of carbon, are replaced by degraded ecosystems. And, because those same trees pump huge amounts of water into the atmosphere, their loss could also disturb global rainfall patterns and temperatures in ways that aren’t well understood.

The researchers also estimated the limits of what the forest could withstand in terms of various threats. Global warming should not exceed 1.5 degrees Celsius, deforestation should be kept below 10 percent of the original tree cover and the annual dry season cannot exceed five months for the forest to remain intact, the study found.

To that end, governments need to not only halt carbon emissions and deforestation, but also restore at least 5 percent of the rainforest, the study said.

“If you pass those thresholds, then the forest could, in principle, collapse or transition into different ecosystems,” Dr. Flores said. “There is probably one tipping point of the system that is shaped by the interaction of these different stressors.”

There are, however, still unknowns. Researchers don’t fully understand why some trees die after a drought while others don’t; different biodiversity profiles across regions make general conclusions tricky; and, crucially, scientists still don’t fully understand the complex interactions of factors like drought, deforestation and other threats.

Still, said Marina Hirota, a professor at the Federal University of Santa Catarina and another author of the paper, governments shouldn’t wait for more clarity to act. “Sometimes science takes a little bit longer to really inform what we need,” Dr. Hirota said. “Are we going to wait and see, and blame uncertainty for not doing anything?”

14. According to the article, a collapse of the Amazon could be coming ‘Faster Than We Thought’. What led scientists to reach this conclusion?

(A) Climate change and deforestation might permanently chance the forest beyond their ability to recover.
(B) Climate change, deforestation and severe drought in last year, it is causing damage huge areas beyond their ability to recover.
(C) The Amazon rainforest there has bem damaged past the point of recovery.
(D) Fires have already started emitting more carbon dioxide than the forest absorb.
(E) The regional profiles showed that the Amazon was highly vulnerable to transforming into grasslands.

15. Answer about Amazon rainforest.

(A) The Amazon rainforest could transform into grasslands or weakened ecosystems in the coming decades.
(B) Climate change, severe droughts and deforestation could eventually drive the entire forest ecosystem.
(C) Parts of the forest in the southeast of the Amazon that have experienced large-scale deforestation.
(D) The collapse of part of the Amazon rainforest would release the equivalente of several years' Worth of global emissions.
(E) Change climate and deforestation would lead a partial collapse of the forest ecosystem.

DIREITO PÚBLICO (DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO)

16. Henrique, Deputado Estadual no Rio de Janeiro, participou, em Niterói, de um ciclo de palestras versando sobre as relações internacionais do Brasil, com todos os consectários daí decorrentes.
Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil buscará a integração

A) econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
B) econômica, política, social e cultural dos povos do Sul global, visando à formação de uma comunidade multilateral de nações.
C) econômica, política, social e cultural dos povos da América do Sul, visando à formação de uma comunidade sul-americana de nações.
D) social, política e ambiental dos povos da América do Sul, visando à formação de uma comunidade sul-americana de nações.
E) social, política e ambiental dos povos da América, visando à formação de uma comunidade americana de nações.

17. Para fins de delimitar políticas públicas envolvendo a gestão patrimonial do Estado *Alfa*, foi necessário promover um levantamento dos bens públicos que integram o patrimônio de tal ente federativo.
À luz do disposto na Constituição da República, assinale a opção que indica os bens que se enquadram na aludida situação.
A) As terras tradicionalmente ocupadas pelos povos originários e o mar territorial.
B) Os terrenos de marinha e seus acrescidos e os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
C) Os potenciais de energia hidráulica, as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
D) As terras devolutas não compreendidas dentre aquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e das construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental definidas em lei.
E) Os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, que sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.

18. O secretário de Infraestrutura do Estado Beta, logo após ser empossado, solicitou que sua assessoria elaborasse edital de licitação com o objetivo de realizar a concessão do serviço local de gás canalizado, de modo a viabilizar a sua exploração por uma sociedade empresária. Essa forma de exploração, ao ver do secretário, tenderia a alcançar maiores níveis de eficiência, considerando a maior mobilidade do setor privado.
Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa e a sistemática constitucional, é correto afirmar que o referido serviço local:

A) deve ser explorado pelos municípios, não por Beta;
B) deve ser explorado por Beta diretamente, e não indiretamente, como cogitado;
C) pode ser explorado indiretamente por Beta, sob o regime de concessão, como cogitado;
D) pode ser explorado por Beta direta ou indiretamente, desde que haja delegação da União;
E) é de competência privativa da União, não sendo permitido que sua exploração seja delegada a outros entes federativos.

19. Em razão de uma calamidade de grandes proporções na natureza, foi constatada a ameaça à paz social no território do Estado Delta, o que levou os meios de comunicação social, as organizações não governamentais e as diversas estruturas de poder a se posicionar de modo favorável à decretação de uma medida de defesa do Estado e das instituições democráticas.
Na situação descrita, é correto afirmar que a medida passível de ser adotada é

(A) o estado de sítio.
(B) o estado de defesa.
(C) a intervenção federal.
(D) o estado de calamidade pública.
(E) a intervenção federal ou o estado de calamidade pública.

20. Durante a análise das contas anuais do Governador do Estado Alfa, relativas ao exercício financeiro de 2024, o Tribunal de Contas estadual emitiu parecer prévio recomendando a rejeição das contas, em razão de irregularidades na execução orçamentária e no cumprimento de limites constitucionais.
Ao apreciar o tema, surgiram dúvidas entre os parlamentares acerca do alcance das competências do Tribunal de Contas e do Poder Legislativo no exercício do controle externo.
À luz da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa incorreta.

(A) O controle externo é função típica do Poder Legislativo, sendo exercido com o auxílio técnico do Tribunal de Contas competente.
(B) O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas do Chefe do Poder Executivo possui natureza técnica e opinativa, não vinculando juridicamente o Poder Legislativo.
(C) Os gestores, cujas contas foram rejeitadas por Tribunais de Contas sem condenação a ressarcir os cofres públicos, podem se candidatar em eleições.
(D) O Tribunal de Contas detém competência constitucional para julgar as contas do Chefe do Poder Executivo, cabendo ao Poder Legislativo referendar sua decisão.
(E) O Tribunal de Contas exerce competências constitucionais próprias, inclusive sancionatórias, mas não substitui o Poder Legislativo no julgamento político das contas anuais do Chefe do Executivo.

21. Foi amplamente noticiado que o Estado Beta deixou de repassar, dentro do prazo previsto em lei, 50% do valor arrecadado com o IPVA aos municípios situados em seu território. Trata-se de uma receita constitucionalmente devida aos entes municipais, conforme estabelece o art. 158, III, da Constituição Federal.
Diante disso, lideranças políticas nacionais passaram a exigir a intervenção da União no Estado Beta, em razão da violação à norma constitucional de repartição de receitas.
Com base no texto constitucional e na doutrina dominante, é correto afirmar que a situação descrita:

A) configura hipótese de intervenção espontânea, cabendo ao Congresso Nacional apreciar o respectivo decreto após a sua edição.
B) configura hipótese de intervenção provocada, cabendo ao Congresso Nacional autorizar a expedição do respectivo decreto.
C) não pode acarretar a decretação de intervenção federal, considerando tratar-se de mero descumprimento de obrigação financeira.
D) pode acarretar a intervenção, o que pressupõe o ajuizamento de ação direta interventiva e o seu correlato provimento pelo Supremo Tribunal Federal.
E) configura hipótese de intervenção solicitada, exigindo a provocação de um dos municípios afetados pela ausência de repasse das receitas tributárias.

22. Durante um curso de capacitação, o professor perguntou aos alunos qual seria a natureza jurídica da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ), considerando sua vinculação ao Poder Executivo estadual.
Nesse caso, a resposta correta seria que a Secretaria de Estado de Saúde trata-se de:
A) pessoa jurídica de direito privado, vinculada à Administração Indireta.
B) autarquia vinculada à Administração Direta.
C) fundação pública de natureza jurídica híbrida.
D) órgão integrante da Administração Direta.
E) pessoa jurídica de direito público, autônoma em relação ao Governo Estadual.

23. Lucila, no exercício de suas atribuições como servidora pública da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, praticou determinada conduta elencada dentre aquelas que caracterizam ato de improbidade administrativa, que causa prejuízo ao erário.
Preocupada com as consequências de sua conduta, Lucila passou a analisar as peculiaridades da respectiva esfera de responsabilização, bem como as penalidades que poderiam ser aplicadas pela configuração do aludido ato de improbidade administrativa, à luz do disposto na Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021 (Lei de Improbidade Administrativa).
A respeito dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.
(A) A pena de reclusão pode resultar da ação de improbidade ajuizada perante o Juízo competente.
(B) Os atos de improbidade têm natureza penal, de modo que a respectiva ação deve seguir o rito estabelecido para o processo penal, perante o Juízo competente.
(C) A sanção de suspensão de direitos políticos é a única que pode ser aplicada na via administrativa, de modo que as demais penalidades e o ressarcimento ao erário dependem do ajuizamento da ação de improbidade.
(D) As penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa podem ser aplicadas pela autoridade administrativa competente, em decorrência de processo administrativo de responsabilização.
(E) A ação de improbidade ajuizada perante o Juízo competente poderá resultar na aplicação da penalidade de perda da função pública.

24. A respeito dos conceitos e principais aspectos dos serviços públicos, assinale a afirmativa correta.
(A) Apenas podem ser considerados serviços públicos aqueles que forem prestados diretamente pelo Poder Público.
(B) Os serviços públicos não podem ser delegados para particulares, mas tão somente para entidades integrantes da Administração Indireta.
(C) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre por meio de licitação, a prestação de serviços públicos.
(D) A prestação de serviços públicos é livre à iniciativa privada, de modo que não é necessária a realização de licitação para fins de delegação de tal atividade.
(E) O serviço público que envolve a cobrança de tarifas dos usuários não poderá ser delegado para particulares.

25. Isabel, servidora pública da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, no exercício de suas atribuições, foi questionada acerca das modalidades de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021.
Diante de tais circunstâncias, assinale a opção que indica corretamente uma modalidade de licitação.
(A) Credenciamento.
(B) Diálogo competitivo.
(C) Contratação integrada.
(D) Sistema de registro de preços.
(E) Procedimento de Manifestação de Interesse.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

26. Considere a seguinte seqüência de proposições:

Todo ator é bonito
Algum careca é ator
Algum careca é bonito

A dedução exibida acima é a representação, na lógica de 1.ª ordem, de um modelo de silogismo de:
(A) 1.ª forma.
(B) 2.ª forma.
(C) 3.ª forma.
(D) 4.ª forma.
(E) 5.ª forma.

27. A negação de “A covid-19 tem cura e a Dengue é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti” é:

(A) A covid-19 não tem cura ou a Dengue é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti
(B) “A covid-19 não tem cura e a Dengue não é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti.
(C) “A covid-19 não tem cura e a Dengue é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti
(D) Se a Dengue é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti, então a covid-19 não tem cura

(E) Se a Dengue não é transmitida pelo mosquito Aedes aegypti, então a covid-19 não tem cura

28. Considere que a afirmação a seguir, sobre os servidores de certa repartição pública, é verdadeira.

Todo servidor com estabilidade funcional que trabalha no atendimento ao público fala inglês fluentemente.

A partir dessas premissas, é logicamente correto concluir que
(A) todo servidor dessa repartição fala inglês fluentemente.
(B) todo servidor dessa repartição que fala inglês fluentemente trabalha no atendimento ao público.
(C) todo servidor dessa repartição que tem estabilidade trabalha no atendimento ao público.
(D) um servidor dessa repartição que não fale inglês fluentemente não tem estabilidade funcional e não trabalha no atendimento ao público.
(E) um servidor dessa repartição que não fale inglês fluentemente não tem estabilidade funcional ou não trabalha no atendimento ao público.

29. João e Manoel estão em uma fila. Há 17 pessoas antes de João, 22 pessoas entre João e Manoel e 14 pessoas depois de Manoel. Eles percebem que Francisco, um amigo comum é a pessoa central da fila, ou seja, há tantas pessoas antes de Francisco quantas depois dele.
O número de pessoas entre Francisco e Manoel é

A) 11.
B) 12.
C) 13.
D) 14.
E) 15.

30. Uma empresa oferece aos seus colaboradores uma máquina automática que disponibiliza exatamente 4 tipos de bebidas quentes: Café Expresso, Capuccino, Chocolate Quente e Chá.
Se, em dada ocasião, cada colaborador retirar uma única bebida, passa-se a ter certeza de que, ao menos, 5 pessoas escolheram exatamente o mesmo tipo de bebida imediatamente após a retirada de número

A) 5.
B) 13.
C) 16.
D) 17.
E) 20.

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DADOS

31. Diferentes sistemas produzem dados em formatos variados, que podem ser classificados em dados estruturados, semiestruturados ou não estruturados.
Nesse contexto, relacione os tipos de dados às suas respectivas descrições.

1. Dados estruturados
2. Dados semiestruturados
3. Dados não estruturados

( ) Gravações em áudio e vídeo de audiências públicas, armazenadas em arquivos MP4, acompanhadas apenas de nome do arquivo e data de criação.
( ) Registros de protocolo eletrônico armazenados em tabelas de banco de dados relacional, com campos bem definidos (número do processo, data, unidade, assunto) e chaves primárias/estrangeiras.
( ) Arquivos de log de acesso ao portal de serviços do governo, registrados em formato JSON, contendo campos como timestamp, user_id, endpoint, status_code, com alguns campos opcionais variando conforme o tipo de requisição.
A sequência correta é:

A) 1, 2 e 3;
B) 1, 3 e 2;
C) 2, 1 e 3;
D) 3, 1 e 2;
E) 3, 2 e 1.

32. Um especialista em políticas públicas recebeu a tarefa para classificar os loteamentos irregulares do município do Rio de Janeiro, com base nos dados históricos.

Loteamento Irregular – Nesta categoria são enquadrados diversos casos:

- Loteamento Aprovado e não registrado
- Loteamento aprovado e registrado, mas não implantado

Sendo assim, qual seria um algoritmo de Machine Learning ideal para fazer a classificação dos dados:

(A) A K-Médias;
(B) B Regressão Linear;
(C) C K-Medoide;
(D) D Apriori;
(E) E SVM;

33. A avaliação de um modelo de classificação é feita a partir da comparação entre as classes preditas pelo modelo e as classes verdadeiras de cada exemplo. Todas as métricas de classificação têm como objetivo comum medir quão distante o modelo está da classificação perfeita, porém fazem isto de formas diferentes. É uma tabela que permite a visualização do desempenho de um algoritmo de classificação:

(A) A Matriz de Confusão.
(B) Matriz de Classificação.
(C) C Matriz AOC.
(D) Curva ROC.
(E) Matriz ROC.

34. A ingestão de dados faz referência ao processo de absorção de dados de um amplo conjunto de fontes, por onde são transferidos para um destino adequado. A ingestão de dados ajuda as empresas a organizarem as informações e com isso, os gestores e líderes poderão contar uma visão geral do negócio. Sobre o assunto, marque o item correto:

(A) A Na ingestão em tempo real ou instantânea, as informações são movidas em intervalos específicos e de maneira recorrente.
(B) A ingestão incremental aumenta a frequência de atualização dos dados, usando uma carga incremental, de forma que somente são adicionados os novos registros entre cada execução.
(C) C Para garantir a consistência dos dados, a forma mais segura de processamento é através de ingestão incremental.
(D) A Batch Layer é utilizada durante a ingestão de dados em tempo real (streaming).
(E) Speed Layer é a camada que armazena do dado bruto (raw data), podendo ser usado em processamentos posteriores.

35. O banco de dados não é utilizado apenas para armazenar dados, em alguns momentos é necessário realizar consultas. Com a cláusula SELECT podemos consultar/buscar os dados de uma tabela em um banco de dados. Sobre a cláusula SELECT em SQL, podemos afirmar que:

(A) Cláusula WHERE é utilizada no SQL para passar condições/regras de filtragem.
(B) BETWEEN é utilizado para buscar strings(texto) dentro de uma coluna com valores textuais. Podemos buscar as linhas que o nome inicia com uma determinada palavra, como vimos acima ou contém um certo texto.
(C) A cláusula LIKE é utilizada para fazer buscas entre intervalos.
(D) ORDER BY é utilizado para ordenação. Podemos ordenar em ordem crescente (DESC) ou em ordem decrescente (ASC).
(E) Uma cláusula HAVING é como uma cláusula WHERE, a diferença é que ela se aplica somente a grupos como um todo (ou seja, as linhas do conjunto de resultados que representam grupos), enquanto a cláusula WHERE se aplica a linhas individuais. Uma cláusula WHERE não pode ser usada juntamente com a cláusula HAVING.

REALIDADES BRASILEIRA E LOCAL

36. No ano 2000, representantes de 189 países aprovaram um documento chamado Declaração do Milênio, por meio do qual se comprometiam a criar uma agenda conjunta para solucionar os desafios do futuro. As então oito declarações acabaram dando origem, em 2015, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
Em relação aos ODS, assinale a afirmativa correta.

A) Os ODS são um acordo internacional assinado pelos países-membro do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas para definir as bases de atuação conjunta em caso de conflitos que ameacem a segurança internacional.
B) O estabelecimento do livre comércio entre os países é um dos ODS que faz parte das ações necessárias para a redução das desigualdades.
C) Inicialmente, foram estabelecidos 17 ODS, porém, recentemente o acesso à tecnologia foi estabelecido como 18º item da lista.
D) O estabelecimento de metas voltadas para mulheres e meninas está entre os ODS.
E) O estabelecimento dos ODS é uma forma de a Organização das Nações Unidas financiar suas atividades. O documento estabelece uma agenda de ações voltadas a países, que pagam uma taxa de adesão.

37. A população urbana se tornou maioria no Brasil a partir da década de 1970 e hoje representa uma parcela de quase 85% do total de habitantes do país. O processo de urbanização que aconteceu no Brasil se assemelha àquele de outros países emergentes, dando-se de forma acelerada e desordenada, sem planejamento.
A respeito do desenvolvimento urbano brasileiro, assinale a única alternativa correta.

(A) As cidades brasileiras são consideradas de desenvolvimento lento, começando a se desenvolver a partir do século XVIII.
(B) A população brasileira está concentrada sobretudo em poucas cidades, que enfrentam problemas de sobrecarga de transportes e falta de estrutura.
(C) As expressões crescimento urbano e urbanização possuem o mesmo significado no estudo urbano.
(D) Brasília, Salvador, Campinas e Recife são metrópoles nacionais.
(E) Apenas 12 cidades brasileiras são metrópoles – entre elas as cidades de Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte e Recife. A média populacional é relevante e supera os 3 milhões de habitantes.

38. O Brasil é um dos países com maior desigualdade de renda do mundo, e essa desigualdade se manifesta de diversas formas. Sobre o tema, é correto afirmar:

(A) Cerca de três quartos da população branca residem nos estados do Sul e Sudeste, enquanto pouco mais da metade dos pretos e pardos moram no Norte e Nordeste, de modo que os dados de renda média por cor ocultam uma desigualdade regional.
(B) O índice de Gini mostra que a desigualdade de renda atingiu o pico no final da década de 1970 e manteve-se em níveis elevados até 2000, quando então se iniciou um processo de desconcentração da renda que durou até 2016.
(C) O IDH é o indicador adequado para estudar a incidência da pobreza porque revela que as desigualdades regionais de acesso à saúde e educação se mantiveram sob a desconcentração da atividade econômica ocorrida nos anos de 1970 a 1990.
(D) O avanço do agronegócio no Centro-Oeste deslocou boa parte da população rural de baixa renda que ali residia para o Norte e Nordeste, de modo que o grau de concentração de renda no Centro-Oeste se estabilizou por efeito da migração.
(E) O rendimento domiciliar per capita de São Paulo supera em 4 vezes o de Roraima, desigualdade que surgiu quando a concentração industrial naquele estado criou um sistema centro-periferia desvantajoso para os estados não industrializados.

39. A estrutura econômica do Estado do Rio de Janeiro apresenta expressivas diferenças territoriais, cuja compreensão é relevante para a formulação de políticas de desenvolvimento regional e para o planejamento governamental.
Considerando dados oficiais relativos à economia fluminense, analise as afirmativas a seguir.

I. A Região Metropolitana concentra parcela amplamente majoritária da atividade econômica estadual, tendo respondido, em 2023, por mais de dois terços do PIB fluminense, circunstância que

evidencia a elevada concentração espacial da produção, embora não exclua a existência de especializações produtivas relevantes em outras regiões do Estado.
II. O Norte Fluminense e as Baixadas Litorâneas apresentam forte vinculação com a cadeia de petróleo e gás, de modo que oscilações nas atividades extrativas podem repercutir sobre sua participação relativa na economia estadual; entre 2022 e 2023, ambas as regiões perderam participação no PIB fluminense.
III. A importância econômica da indústria de petróleo e gás para o território fluminense não encontra correspondência significativa nas finanças do governo estadual, uma vez que as receitas provenientes do petróleo representam parcela residual das receitas do Tesouro e se concentram essencialmente nos municípios produtores.
Está correto o que se afirma em

A) I, apenas.
B) III, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

40. Nos últimos anos, o Estado do Rio de Janeiro tem instituído e implementado políticas, programas e instrumentos de planejamento destinados ao enfrentamento de problemas públicos em diferentes áreas.
Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir.

I. A Política Estadual de Saúde Materno-Juvenil, instituída em 2026, foi concebida como ação integrada à Política Estadual pela Primeira Infância e contempla, entre seus objetivos, a atenção integral, contínua e humanizada à saúde de gestantes, puérperas, crianças e adolescentes.
II. O Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (PESP-RJ) constitui instrumento integrado de planejamento das ações de segurança pública do Estado e estabelece diretrizes, metas e iniciativas voltadas, entre outros objetivos, à redução da violência e ao fortalecimento das instituições.
III. Em 2026, o Estado estabeleceu novas regras de apoio financeiro aos municípios para ações e serviços de saúde, considerando fatores como porte e vulnerabilidades socioeconômicas, população, alcance de metas, cadastro qualificado e desempenho das equipes, tendo como referência para o cálculo dos repasses o Piso da Atenção Básica (PAB) estadual.
Está correto o que se afirma em

A) I, apenas.
B) III, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ECONOMIA

41. Sobre as falhas de mercado, julgue os itens a seguir:

A) Em mercados onde existem externalidades positivas há a necessidade de intervenções do governo.
B) Para que um bem público possa ser considera puro, ele necessita ser não rival, mas não precisará obedecer a característica de não exclusão.
C) Os faróis marítimos são exemplos de bens públicos, pois a utilização do bem por um agente adicional não interfere no uso de outro e essa nova utilização não aumenta o custo de produção do bem.
D) O teorema de Coase pode ser utilizado para resolver problemas de externalidades desde que os custos de transação sejam estritamente positivos
E) O problema do carona está associado à presença de externalidades positivas.

42. Considere os seguintes dados, em unidades monetárias, referentes a uma economia hipotética:

– Consumo do Governo: 300
– Transferências realizadas pelo Governo: 100
– Subsídios: 20
– Impostos Diretos: 300
– Impostos Indiretos: 400
– Outras Receitas Correntes do Governo: 140
– Exportações de bens e serviços: 100

– Importações de bens e serviços: 200
– Renda Líquida Enviada ao Exterior: 100
– Variação de Estoques: 100
– Poupança Bruta do Setor Privado: 200

Com base nessas informações, e considerando as identidades macroeconômicas básicas, é correto afirmar que a formação bruta de capital fixo é igual a:

A) 720
B) 900
C) 700
D) 750
E) 800

43. Assinale a alternativa correta sobre a demanda por moeda (L) no modelo IS/LM sem os denominados casos clássicos e keynesiano,

A) não varia com a renda e com a taxa de juros.
B) não depende da renda.
C) só depende da taxa de juros quando esta taxa produz juros reais negativos.
D) é inversamente relacionada com a taxa de juros.
E) é inversamente relacionada com renda.

44. Com relação à evolução do déficit público e da dívida pública no Brasil a partir da década de 80 do século passado, assinale a opção correta.

A) A redução significativa do superávit primário contribuiu para elevar a dívida pública no período 2003-2006.
B) A expansão acelerada do investimento público foi o fator predominante no aumento do gasto público, ocorrido durante a recente crise mundial.
C) Na década de 80 do século passado, a dívida interna líquida do setor público constituía a quase totalidade da dívida líquida total.
D) No período anterior à implementação do Plano Real, somente as receitas do governo eram indexadas, e as despesas do governo, em termos reais, eram reduzidas pela hiperinflação, fato que contribuiu para diminuir o déficit operacional.
E) A partir de 2003, registrou-se aumento contínuo da relação dívida-PIB.

45. No processo de integração econômica regional, existe uma fase que, além de permitir a livre circulação de mercadorias, permite a livre circulação de serviços e fatores de produção, ou seja, de capitais e pessoas. É importante frisar que, além da livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, todos os países signatários devem acordar sobre a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, ou seja, seguir os mesmos parâmetros para determinar uma política cambial, monetária e fiscal coordenada entre todos.

Disponível em: <http://www.fesmippb.org.br/cienciajuridica/artigos/01/08.html>. Acesso em: 30 março 2026. Adaptado.

Essa fase do processo de integração regional mencionada é denominada
A) União Aduaneira
B) Mercado Comum
C) Zona de Livre Comércio
D) União Econômica e Monetária
E) Zona de Comércio Preferencial

FINANÇAS PÚBLICAS

46. Com base na definição e nos fundamentos das finanças públicas, as seguintes definições estão corretas, *à exceção de uma*. Assinale-a.

A) As finanças públicas de um país estão orientadas para a gestão das operações relacionadas com a receita, a despesa, o orçamento e o crédito público.
B) A tarefa central das finanças públicas é estudar a natureza e os efeitos do uso, pelo Estado, dos instrumentos fiscais: tributação e gasto, obtenção de empréstimo e sua concessão, compra e venda.
C) As finanças públicas relacionam-se à atividade financeira do Estado. Essa atividade está orientada para a obtenção e o emprego dos meios materiais e dos serviços para a realização das necessidades da coletividade, de interesse geral, satisfeitas por meio do processo do serviço público.
D) Os fundamentos das finanças públicas não estão ligados ao equilíbrio fiscal, buscando assegurar que as receitas sejam compatíveis com as despesas, promovendo a estabilidade financeira do Estado.
E) O objeto precípuo das finanças públicas é o estudo da atividade fiscal, ou seja, aquela

desempenhada pelos poderes públicos com o propósito de obter e aplicar recursos para o custeio dos serviços públicos.

47. Sobre as funções econômicas do Setor Público, que incluem as funções alocativa, distributiva e estabilizadora, assinale a afirmativa correta.

A) A função alocativa do governo se manifesta na provisão de bens e serviços públicos, como segurança nacional e justiça, que o mercado, por si só, não conseguiria oferecer de forma eficiente.
B) A função distributiva refere-se primariamente à redução geral da carga tributária para todos os cidadãos, independentemente de promover uma distribuição mais equitativa da renda.
C) A função estabilizadora do governo, no contexto de regimes de câmbio fixo, garante o controle autônomo da política monetária para combater a inflação.
D) A privatização de empresas estatais é uma medida que se enquadra na função alocativa do governo, visando realocar recursos para setores mais produtivos da economia.
E) Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, são exemplos da função alocativa do Estado, pois visam corrigir falhas de mercado na provisão de bens essenciais.

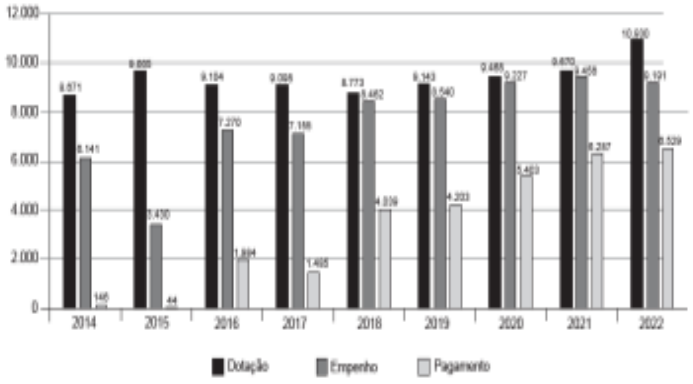
48. A discussão sobre a evolução do papel do Estado na Economia envolve a busca pelo equilíbrio entre os seguintes dois aspectos que permanecem centrais na economia contemporânea:

A) Estabilidade Econômica e Distribuição de Renda.
B) Controle Social e Combate à Corrupção.
C) Livre Mercado e Grau de Intervenção Estatal.
D) Inflação e Taxas de Juros.
E) Liberdade Econômica e Controle Social.

49. Um sistema tributário considerado ideal deve levar em consideração os conceitos de equidade, progressividade, neutralidade e simplicidade.
Em Teoria da Tributação, o conceito de equidade apresenta as seguintes características importantes, à exceção de uma. Assinale-a.

A) Cada contribuinte deve contribuir com uma parcela considerada justa.
B) A distribuição do ônus tributário deve ser equitativa entre os contribuintes.
C) Pelo princípio do benefício, cada indivíduo contribui com um valor proporcional ao benefício gerado para si.
D) Pelo princípio do benefício, as contribuições auxiliam na função alocativa e distributiva do governo.
E) Pelo princípio da capacidade de pagamento, a contribuição paga garante a equidade horizontal e vertical.

50. O gráfico a seguir apresenta informações sobre a autorização, o empenho e o pagamento de programações de despesas por meio de emendas parlamentares individuais ao orçamento federal nos períodos indicados:
Dotação Empenho Pagamento
RP 6: dotação e execução orçamentária e financeira (2014-2022)
(Em R$ 1 milhão)



A análise das informações do gráfico, à luz das disposições constitucionais sobre emendas parlamentares ao orçamento, permite afirmar o seguinte:

(A) o instrumento das emendas impositivas promoveu ampliação do poder dos parlamentares sob a ótica da execução dos recursos orçamentários.
(B) o crescimento de aplicação de recursos nas áreas de saúde e educação foi garantido pelas emendas parlamentares individuais.5
(C) a despeito do seu caráter impositivo, a efetiva execução das despesas derivadas de emendas não sofreu alterações significativas.

(D) as despesas orçamentárias decorrentes de emendas parlamentares ainda apresentam um grau de execução inferior às demais despesas.
(E) as emendas parlamentares individuais foram negativamente impactadas pelo caráter impositivo das emendas de bancada a partir de 2019.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

51. O planejamento estratégico integra um modelo de gestão orientado a resultados e depende da coerência entre propósito, missão, visão e valores para produzir diretrizes consistentes. Como esses elementos expressam a identidade organizacional e se relacionam diretamente com a cultura — que pode facilitar ou dificultar mudanças — sua integração adequada é essencial para orientar escolhas e alinhar comportamentos ao longo do processo estratégico.
Considerando esses fundamentos, assinale a opção que apresenta corretamente o papel dos valores organizacionais no planejamento estratégico.

A) Definem metas quantitativas de curto prazo a serem incorporadas no plano tático.
B) Correspondem aos resultados futuros desejados pela organização, indicando sua posição almejada.
C) Representam princípios que orientam decisões e comportamentos, influenciando a implementação das estratégias.
D) Determinam, de maneira prescritiva, o modelo de negócio e o segmento de mercado da organização.
E) Funcionam como um conjunto de objetivos mensuráveis que direcionam o desempenho operacional.

52. No planejamento estratégico, diferentes conceitos se correlacionam no direcionamento organizacional.
Relacione a Coluna A com a Coluna B:

Coluna A

1. Meta
2. Fatores Críticos de Sucesso
3. Estratégia
4. Objetivo Organizacional
5. Diagnóstico Estratégico

Coluna B

( ) Conjunto de ações para atingir os resultados desejados.
( ) Condições essenciais que a organização deve atender para consecução de seus objetivos.
( ) Estudo das variáveis que compõem os ambientes externo e interno da organização.
( ) Resultados específicos, quantificados e com prazo definido.
( ) Resultados amplos que a organização deseja alcançar no longo prazo.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta.

A) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.
B) 3 – 2 – 5 – 1 – 4.
C) 3 – 2 – 5 – 4 – 1.
D) 2 – 3 – 4 – 5 – 1.
E) 4 – 2 – 3 – 5 – 1.

53. Ao realizar a análise de cenário para uma empresa de mineração, o gestor levantou dados a respeito da imagem da empresa na mídia. Segundo seu levantamento, de cada dez matérias jornalísticas que mencionavam a empresa, nove lhe eram desfavoráveis, e isso prejudicava não apenas a imagem da empresa, mas também dificultava a captação de recursos de investidores. Ao montar a análise SWOT, o gestor classificará a cobertura negativa da imprensa a respeito das atividades da empresa como

(A) força
(B) ameaça
(C) fraqueza
(D) ponto fraco
(E) oportunidade

54. Ao entrar na sede de uma determinada empresa, qualquer funcionário ou visitante pode ler em um quadro colocado em posição de destaque: “Nesta empresa, todos se empenham para liderar a criação, o desenvolvimento e a produção de tecnologias de saúde mais avançadas no setor em todo o mundo”. O processo de administração

estratégica começa quando uma organização define seu propósito de longo prazo. Esse propósito é expresso, como visto no caso da empresa mencionada, na forma de uma:

(A) escolha estratégica
(B) vantagem competitiva
(C) preparação de ofertas
(D) declaração de missão
(E) distribuição equilibrada

55. O modelo BSC estabelece uma forma de gestão dos objetivos institucionais em sinergia com as áreas que envolvem as organizações. Para tanto, são adotadas quatro perspectivas interligadas que contemplam o sucesso esperado no futuro, a saber:

(A) perspectiva privada, perspectiva pública, perspectiva governamental e perspectiva das agências reguladoras do setor
(B) perspectiva das relações humanas, perspectiva comportamental, perspectiva motivacional e perspectiva incremental
(C) perspectiva do planejamento, perspectiva estratégica, perspectiva tática, perspectiva operacional
(D) perspectiva do lucro, perspectiva dos recursos, perspectiva das ofertas e perspectivas da competição no mercado-alvo
(E) perspectiva do cliente, perspectiva financeira, perspectiva dos processos internos e perspectiva do aprendizado e do crescimento

56. Os indicadores podem ser separados de acordo com a aplicação nas diferentes fases do ciclo de gestão de uma política pública. Indicadores como médicos por mil habitantes ou gasto per capita com educação são usados na gestão do fluxo de implementação de políticas públicas, sendo classificados como indicadores de

(A) insumo
(B) produto
(C) impacto
(D) processo
(E) resultado

57. Determinada empresa tem como um dos objetivos qualificar seus colaboradores para a realização de atividades de atendimento aos clientes por meio de videoconferência. Como não havia informações a respeito da quantidade de colaboradores treinados ao longo do ano ou da quantidade de treinamentos aplicados, o consultor contratado para analisar os indicadores de gestão utilizou os resultados de receita da empresa para medir a qualificação dos colaboradores para a tarefa. Nesse caso, o indicador utilizado não representa de forma real o que se pretende medir, o que significa que não atende à propriedade essencial dos indicadores denominada

(A) validade
(B) estabilidade
(C) sensibilidade
(D) materialidade
(E) confiabilidade

58. De acordo com o Método OKR (*Objectives and Key Results*), consistente em uma das ferramentas contemporâneas de planejamento no âmbito das organizações, os denominados Resultados-Chave (KR)

(A) são caracterizados como guias operacionais a serem seguidas pela organização para atingimento das metas qualitativas e quantitativas, estas que são desdobramentos dos objetivos propriamente ditos.
(B) correspondem a metas (quantitativas) com impacto direto no atingimento do objetivo estabelecido, este último de natureza qualitativa e que traduz o que a organização pretende atingir.
(C) ostentam caráter qualitativo, indicando a direção a ser perseguida pela organização e os ajustes de rota que precisam ser promovidos para o atingimento do objetivo, este sempre representado por alguma métrica de incremento.
(D) consistem nas principais habilidades que devem ser desenvolvidas pelos integrantes da organização (soft skills), diversamente dos denominados Key Performance Indicator (KPI) que medem aspectos técnicos (hard skills).
(E) representam a dimensão tática do planejamento estratégico, consistentes em um conjunto de ações a serem implementadas para atingimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

59. Muitos ainda confundem cultura e clima organizacionais. Embora estejam diretamente ligados um ao outro, há diferenças significativas entres estes dois conceitos. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

(A) O conceito de clima organizacional se refere ao ambiente externo da organização;
(B) O clima organizacional tem natureza avaliativa, ao passo que a cultura organizacional tem natureza descritiva;
(C) Considerando os conceitos de clima e cultura organizacionais, a cultura organizacional é algo mais temporário que o clima organizacional;
(D) Cultura organizacional trata da manifestação de um conjunto de atitudes, valores e padrões de comportamento de uma organização;
(E) Cultura organizacional é o conjunto de percepções sobre o que ocorre no ambiente de trabalho.

60. A adoção de *People Analytics* tem ampliado a capacidade dos órgãos públicos de tomar decisões estratégicas baseadas em evidências. Essa abordagem integra dados de múltiplas fontes, identifica padrões e permite prever comportamentos relacionados à gestão do capital humano.
Entre os benefícios associados ao uso desse tipo de análise, está correto afirmar que *People Analytics* contribui para

A) reduzir a participação dos gestores na avaliação, tornando desnecessária a análise qualitativa de contextos e comportamentos.
B) uniformizar critérios de decisão de forma automática, independentemente das particularidades das equipes e das atividades desempenhadas.
C) fortalecer a tomada de decisões embasadas em dados, diminuindo a dependência exclusiva de intuições e percepções subjetivas.
D) promover a padronização dos comportamentos organizacionais ao alinhar todos os servidores a modelos estatísticos de previsão.
E) concentrar processos decisórios em sistemas tecnológicos, substituindo gradualmente práticas tradicionais de gestão.
Gabarito: C

GOVERNANÇA E GESTÃO GOVERNAMENTAL

61. A Secretaria Estadual de Administração Pública propôs adotar um modelo fortemente inspirado na *Nova Gestão Pública* (NGP), enfatizando excelência gerencial, indicadores de produtividade, atendimento ao cliente, competição interna e contratos de desempenho. Parte da equipe técnica, porém, alertou que certas premissas teóricas da NGP podem produzir efeitos indesejados.
Considerando as críticas à *Nova Gestão Pública*, assinale a opção que melhor expressa um limite estrutural do gerencialismo quando aplicado ao setor público.

A) A NGP pressupõe a homogeneidade dos serviços públicos, o que facilita a identificação precisa dos clientes e permite que todos sejam tratados como consumidores individuais com preferências claramente expressas.
B) A NGP é baseada na suposição de que os servidores são motivados exclusivamente por espírito público, o que mitiga o uso de incentivos individuais vinculados ao desempenho.
C) A NGP fortalece a legitimidade democrática ao substituir processos deliberativos por mecanismos de escolha individual de serviços, permitindo que os cidadãos decidam isoladamente a alocação dos recursos públicos.
D) A NGP elimina conflitos de interesse porque a lógica do consumidor assegura distribuição equilibrada dos recursos públicos, já que todos manifestam suas preferências de maneira igualitária.
E) A NGP adota valores do mercado que tendem a favorecer grupos com maior capacidade de vocalização, podendo gerar desigualdades na responsividade estatal e deslocar a atenção do interesse público para demandas particulares.

62. As organizações têm dificuldades para identificar adequadamente e responder às incertezas ambientais e, por consequência, podem ser surpreendidas por mudanças internas ou externas. Considerando-se os benefícios que o gerenciamento de processos de negócio (*business process management*) pode proporcionar

sistemicamente a toda organização, a seguinte ação pode ajudar na situação apresentada:

(A) escolha de ferramentas de business process management.
(B) comunicação sobre papéis e responsabilidades dos atores dos processos de negócio.
(C) realização de análise de tendências de registros de incidentes de tecnologia da informação em processos que envolvem diretamente os clientes.
(D) facilitação de benchmarking interno para avaliar melhores práticas de operações.
(E) identificação, gerenciamento e medição dos processos de negócio da cadeia de valor da organização.

63. Um gestor de projetos da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro (SEPLAG-RJ) busca revisar projetos estratégicos sob sua responsabilidade e avaliar se os princípios do PMBOK 7ª edição estão sendo corretamente compreendidos e aplicados, com o objetivo de otimizar decisões, o uso de recursos e a entrega de resultados de interesse social.
Relacione o princípio do PMBOK com seu foco principal.

1 – Responsabilidade
2 – Respeito
3 – Equidade
4 – Honestidade

( ) Foca em tratar todos os membros da equipe e partes interessadas com dignidade e consideração, valorizando suas contribuições.
( ) Envolve o dever de agir de forma ética e cumprir obrigações, mantendo integridade nas ações e decisões.
( ) Enfatiza a importância de ser transparente e ético nas comunicações e ações, construção de confiança através da veracidade.
( ) Centra-se em garantir que todos sejam tratados de forma justa e imparcial, considerando as necessidades de cada parte interessada.
Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

A) 2 – 1 – 4 – 3.
B) 1 – 2 – 3 – 4.
C) 4 – 2 – 1 – 3.
D) 1 – 2 – 4 – 3.
E) 2 – 1 – 3 – 4.

64. O ciclo de vida de um projeto é a série de fases pelas quais um projeto passa, do início à conclusão. A fase de um projeto é um conjunto de atividades relacionadas de maneira lógica que culmina na conclusão de uma ou mais entregas. A respeito da estrutura genérica do ciclo de vida de um projeto, considere as afirmações abaixo.

I - Os níveis de custo e de mobilização de recursos são baixos na fase inicial, aumentam à medida que o trabalho é executado e caem rapidamente conforme o projeto é finalizado.
II - A capacidade das partes interessadas em influenciar as características finais do produto do projeto, sem afetar significativamente os custos e o cronograma, é mais alta no início do projeto e diminui à medida que o projeto progride para o seu término.
III - O risco é menor na fase inicial do projeto e vai crescendo ao longo do ciclo de vida do projeto, à medida que as decisões são tomadas e as entregas são aceitas.
IV - O custo das mudanças e das correções de erros, geralmente, aumenta significativamente à medida que o projeto se aproxima do término.

São corretas APENAS as afirmações

(A) I e II
(B) II e III
(C) III e IV
(D) I, II e IV
(E) I, III e IV

65. Os Conselhos de Gestão de Políticas Públicas (CGPP) se fortaleceram e institucionalizaram no Brasil após a Constituição Federal de 1988, e ganharam legitimidade ao sustentar sua ação na noção de democracia deliberativa. Esse é um contraponto à democracia agregativa, assentada em preferências de eleitores, por promover a

transformação da política por meio da discussão pública.
Nesse sentido, os processos deliberativos em um CGPP minimizam a possibilidade de ocorrência de

A) soluções inovadoras coletivas que superem o impacto da racionalidade limitada do representante político eleito.
B) escolhas legitimadas pela participação,argumentação e consenso entre representantes.
C) distribuição de informações e transparência que posteriormente gerem sanção e punição.
D) decisões mais eficientes assentadas em argumentação racional justificada e submetidas a múltiplas visões.
E) assimetria de informação entre políticos eleitos (representantes) e eleitores (representados) por tornar-se meio de controle social.

66. A Constituição Federal de 1988 determinou mudanças na forma de interação do Estado com a sociedade brasileira, introduzindo as instituições participativas, com as incorporações de cidadãos e de associações da sociedade civil na deliberação de políticas públicas. Entre as instituições participativas que podem auxiliar na elaboração das políticas públicas incluem-se

I os conselhos nacionais.
II os conselhos municipais na definição do orçamento público.
III as conferências nacionais.
IV as audiências públicas.
V as associações da sociedade civil.

Assinale a opção correta.

A) Apenas os itens I, III e V estão certos.
B) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
C) Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.
D) Todos os itens estão certos.
E) Todos os itens estão errados.

67. O termo Instituições Participativas (IPs) foi cunhado tendo em vista a crítica à compreensão da institucionalidade, centrada na existência de uma legislação formal acerca do funcionamento das instituições, bem como ao fato da própria abrangência do conceito de instituição política que, de modo geral, não trata das práticas participativas e inovadoras. (AVRITZER, 2008).
Sobre exemplos de IPs, analise as afirmativas, considerando-as verdadeiras (V) ou falsas (F):

( ) As Conferências Públicas, como eventos episódicos de participação, em geral organizadas pelo executivo, buscam incorporar as sugestões da população aferidas por meio de consultas públicas, disponibilizadas em canais institucionais e que depois são transformadas em políticas públicas setoriais.
( ) Os Conselhos de Políticas são espaços públicos de composição plural, geralmente paritários, entre Estado e sociedade civil, cuja função é formular, executar e controlar as políticas setoriais, contribuindo para o processo de democratização da gestão pública.
( ) O Orçamento Participativo se constitui como espaços de debates e decisões partilhadas entre Estado e a sociedade civil, na definição das prioridades na aplicação dos recursos do orçamento público municipal. Apresenta-se em duas versões: presencial e digital.
( ) Os Canais que expressam as preferências individuais se constituem como instrumentos disponibilizados pelo poder público para viabilizar a comunicação com os cidadãos, a avaliação de serviços, bem como receber demandas diversas.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

A) F, F, V, V.
B) F, V, V, V.
C) V, F, V, F.
D) V, F, V, V.
E) V, F, F, F.

68. A coordenação governo-sociedade traz o benefício do diálogo entre esses sujeitos na elaboração e avaliação de políticas públicas. No processo de criação e implementação de uma política pública, é natural esperar que a participação social e o controle social ocorram em que momentos?

A) A participação social inicia-se na criação de comitês de elaboração de projetos/propostas, e o controle social por meio de comitês de avaliação.
B) A participação social ocorre na avaliação de propostas elaboradas, e o controle dá-se nas três

fases dos projetos/propostas: inicial, intermediária e final.
C) A participação social é revelada nos momentos de deliberação sobre projetos/ propostas e o controle, por meio de comitês representativos da sociedade civil.
D) A participação social ocorre no planejamento, e, mais à frente, após a tomada de decisão no âmbito da administração pública, ocorre o exercício do controle social.
E) Não se pode separar a elaboração da avaliação de uma política, visto que ocorrem de maneira contínua, em todo o processo, inclusive de execução.

69. Dentre os chamados novos modelos de gestão da administração pública, ganha destaque o conceito de "transparência", que é

(A) a metodologia de administração que consiste, basicamente, em determinar os objetivos a alcançar, as ações a serem realizadas, compartilhando-as com os meios disponíveis para a sua execução.
(B) o demonstrativo organizado pelo próprio agente, entidade ou pessoa designada, acompanhado ou não de documentos comprobatórios das operações de receita e despesas, os quais, se aprovados, integrarão sua tomada de contas.
(C) a qualidade do agir administrativo público, que contando com a contribuição que a participação social e o controle podem oferecer ao aprimoramento da atividade administrativa, fundamenta-se na ampla divulgação de informações inteligíveis e úteis à população.
(D) a lei que define as responsabilidades e deveres do administrador público em relação aos orçamentos da União, estados e municípios, bem como aos limites de gasto com pessoal, proibindo a criação de despesas de duração continuada sem uma fonte segura de receitas.
(E) o ato de gerenciar a parcela do patrimônio público, sob a responsabilidade de uma dada unidade. Aplica-se o conceito a fundos, entidades supervisionadas e a outras situações correlatas.

70. A Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital) estabeleceu princípios e diretrizes para ampliar a eficiência pública com uso estratégico das tecnologias digitais. Posteriormente, o Decreto nº 12.069/2024 formalizou a Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD 2024–2027), elaborada a partir de processo participativo envolvendo União, estados, municípios, Distrito Federal e sociedade civil. A ENGD é um conjunto de recomendações estratégicas que articula iniciativas de governo digital em todos os entes federados, com o objetivo de ampliar e simplificar o acesso do cidadão aos serviços públicos, promovendo eficiência, inovação e participação.
Com base nesses dispositivos, analise as afirmativas a seguir:

I. A Lei nº 14.129/2021 prevê, entre seus princípios, a interoperabilidade de sistemas, a promoção de dados abertos e a acessibilidade digital, assegurando a prestação preferencial dos serviços públicos em meio eletrônico.
II. A ENGD 2024–2027 tem como propósitos fortalecer a participação cidadã, impulsionar a inovação tecnológica e criar uma administração pública mais moderna, ágil e centrada no cidadão.
III. A ENGD 2024–2027 busca, sobretudo, modernizar a administração pública por meio da digitalização e automação de processos internos, assegurando maior racionalidade organizacional e ganhos de eficiência, ainda que sua ênfase não recaia diretamente sobre aspectos como participação cidadã e inclusão social.

Está correto o que se afirma em:

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e II, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, II e III.

71. Sobre o conceito de governança, analise as afirmativas a seguir:
I. A governança aplica práticas de liderança e de estratégia com a finalidade de direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento;
II. A governança é responsável por planejar a forma mais adequada de implementar as diretrizes organizacionais, executar os planos e fazer o controle de indicadores e de riscos;
III. A governança preocupa-se com a qualidade do processo decisório e sua efetividade.

Está correto o que se afirma em:

A) I, II e III.
B) I e III apenas.
C) II e III apenas.
D) II apenas.
E) I e II apenas.

72. O Decreto nº 9.203/2017 define os princípios da governança pública com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Os princípios de governança pública
A) incluem ações voltadas à sustentabilidade, preservação ambiental e direitos humanos, alinhando-se às discussões contemporâneas sobre governança.
B) incorporam exclusivamente princípios relacionados à integridade, confiabilidade e prestação de contas, ignorando questões regulatórias.
C) destacam-se pela capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade.
D) enfatizam o desenvolvimento de políticas sociais e ambientais como parte central da governança pública.
E) apresentam uma visão ampla de governança, abrangendo tanto os princípios administrativos quanto as questões sociais e ambientais.

73. Nas discussões contemporâneas sobre governança corporativa, a Teoria da Agência é utilizada para explicar tensões que decorrem da separação entre propriedade e gestão. Embora formulada originalmente para sociedades de capital aberto, essa teoria tem sido reinterpretada no contexto brasileiro. Nesse cenário, determinadas práticas podem favorecer determinados grupos em detrimento de outros, exigindo mecanismos de governança que promovam transparência, equidade e prestação de contas.
Considerando essas características, assinale a opção que apresenta corretamente a configuração típica do conflito de agência no ambiente empresarial brasileiro.

A) Conflito entre sócios controladores e sócios minoritários, decorrente da possibilidade de uso de recursos corporativos em benefício particular dos controladores.
B) Tensões entre conselhos de administração e auditorias externas, motivadas por divergências na definição de padrões de divulgação contábil.
C) Desalinhamento entre executivos profissionais e acionistas dispersos, típico de mercados em que o controle é amplamente pulverizado.
D) Choques entre gestores operacionais e fornecedores estratégicos, originados de incentivos divergentes quanto à alocação de custos e prazos contratuais.
E) Divergências entre assembleias gerais e órgãos reguladores, associadas à adoção de padrões internacionais de reporte financeiro.

74. Em relação aos conceitos da gestão de riscos, analise as definições a seguir:
I. Situação em potencial que ainda não ocorreu capaz de causar algum tipo de impacto na consecução dos objetivos da Instituição, caso venha a ocorrer. Podem gerar impacto negativo, positivo ou ambos.
II. Risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto.
III. Consequência resultante da ocorrência do evento sobre os objetivos.
Assinale a opção que relaciona as definições acima aos seus respectivos conceitos.

A) (I) Impacto – (II) Evento – (III) Risco Inerente.
B) (I) Evento – (II) Risco Residual – (III) Impacto.
C) (I) Evento – (II) Risco Inerente – (III) Impacto.
D) (I) Risco Inerente – (II) Evento – (III) Impacto.
E) (I) Risco Residual – (II) Evento – (III) Impacto.

75. No campo do Terceiro Setor e da gestão pública, a literatura contemporânea sobre governança pública tem destacado a ampliação de arranjos institucionais cooperativos entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na implementação de políticas públicas. No Brasil, o crescimento das transferências voluntárias e das emendas parlamentares destinadas às OSCs reforçou a centralidade do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) e do Sistema TransfereGov como instrumentos de coordenação, controle e indução de capacidades estatais.

Considerando o modelo de gestão das parcerias estabelecido pelo MROSC, assinale a afirmativa que melhor expressa o papel da gestão pública na relação com o Terceiro Setor, à luz dos princípios da governança pública.

A) A governança pública, no âmbito das parcerias com OSCs, concentra-se no controle formal da execução financeira, sendo o monitoramento de resultados uma atribuição residual, exercida apenas na etapa de prestação de contas.
B) A ampliação das transferências para OSCs, sobretudo por emendas parlamentares, reduz a necessidade de coordenação interinstitucional, uma vez que o TransfereGov padroniza os procedimentos e automatiza as decisões administrativas.
C) A governança pública nas parcerias com OSCs exige a articulação entre planejamento, seleção, execução e monitoramento, combinando análise prévia de capacidade técnica, gestão de riscos e avaliação contínua de resultados, de modo a assegurar aderência ao objeto pactuado e ao interesse público.
D) A Lei nº 13.019/2014 estabelece que a governança das parcerias deve priorizar a autonomia das OSCs na execução, restringindo a atuação do Estado à verificação final da conformidade jurídica e contábil.
E) O modelo de governança adotado pelo MROSC pressupõe que o plano de trabalho seja um instrumento meramente declaratório, cuja função principal é viabilizar a liberação dos recursos, cabendo o ajuste das metas apenas após a conclusão da execução.

CIÊNCIA POLÍTICA

76. Da mesma forma que Max Weber distinguiu os três tipos de sociedade, distinguiu os tipos puro de autoridade ou dominação legítima. A dominação que possui instabilidade e que tem como uma de suas características o arrebatamento ao líder, podendo adquirir características revolucionárias com facilidade é a:
(A) burocrática
(B) tradicional
(C) racional
(D) carismática
(E) legal

Leia o texto abaixo:

A história política e constitucional brasileira é permeada por períodos democráticos e de ditadura. Essa oscilação acarretou uma experiência limitada de pleno exercício de direitos nas três vertentes: individuais, políticas e sociais, sem a linearidade vivida na Europa, no formato construído por T. H. Marshall (2002). Para o autor, a partir do desenrolar da sequência histórica no desenvolvimento de direitos na Inglaterra até o fim do século 19, o conceito de cidadania pode ser dividido em três partes: o elemento civil, político e o social.

O elemento civil é composto por direitos necessários à garantia do direito à liberdade, ou seja, toma por base uma atitude negativa advinda do Estado opressor. O elemento político é o direito de participar do exercício do poder político. O elemento social, por fim, corresponde a tudo que está inserido no mínimo de bem-estar econômico. Atrelada ao conceito de cidadania, a noção da era dos direitos de Norberto Bobbio (1992) também auxilia na compreensão de um momento favorável para a presença central dos direitos no tecido social. Para o autor, direitos do homem, democracia e paz são três momentos distintos do mesmo movimento histórico: "sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos" (Bobbio, 1992, p. 1). Nesse sentido, os dispositivos constitucionais passaram a incluir os direitos sociais, comprometendo o Estado na promoção desses direitos, a Ordem Social Constitucional que aprofunda o princípio da igualdade, transformando o Estado de Direito em Estado Social de Direito (Frischeisen, 2000). Por isso, uma das novidades no âmbito do constitucionalismo pós-Primeira Guerra Mundial foi incorporar a linguagem dos direitos fundamentais, incluindo os direitos sociais, em um primeiro momento referindo-se ao direito do trabalho, às

relações de trabalho e emprego, que depois iria se universalizar. A universalização dos direitos inerentes à cidadania está caracterizada no denominado Estado Democrático de Direito: além da previsão constitucional de direitos, instrumentos de controle e garantia são criados, inclusive, as cortes constitucionais.

No Brasil, o Estado Democrático de Direito está caracterizado nos arts. 1º, 2º e 3º da Constituição de 1988: ele se fundamenta na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no pluralismo político, cujo objetivo fundamental é uma sociedade livre, justa e solidária.

XIMENES, Julia Maurmann. *Direito e políticas públicas*. Brasília: Enap, 2021. 82 p. : il. – (Coleção Governo e Políticas Públicas). p. 13–16.

77. Com base nas informações do texto, assinale a alternativa que expressa corretamente o conceito de Estado Democrático de Direito.

A) Um Estado policial que exerce um controle amplo sobre a vida da população, restringindo suas liberdades e impondo vigilância constante.
B) Um Estado estamental que hierarquiza os cidadãos com base em seus pertencimentos socioeconômicos, criando distinções e privilégios conforme as classes sociais.
C) Um Estado que busca garantir a soberania popular, promovendo a participação ativa da sociedade nas decisões políticas.
D) Um Estado centralizado que busca implementar a democracia direta, permitindo a participação da população nas decisões políticas sem a intermediação de representantes.
E) Um Estado que adota o unipartidarismo, permitindo apenas a existência de um partido progressista como força política dominante.

78. No que tange aos sistemas de governo, reduzidas ao núcleo mínimo, as características de cada um seriam as seguintes:

I - Parlamentarismo:
a) há separação entre chefe de Estado (primeiro-ministro) e chefe de governo (monarca ou presidente);
b) esvaziamento do papel político do chefe de Estado (não eleito diretamente pela população), que se limita a expressar, algo abstratamente, a unidade do Estado;
c) o chefe de governo não depende da maioria parlamentar para designação e subsistência no cargo.

II - Presidencialismo:
a) não há separação entre chefe de Estado e chefe de governo, sendo ambas as funções exercidas pelo presidente da República;
b) o chefe de governo e o parlamento são eleitos separadamente para cumprir
funções específicas (administrar e legislar);
c) o chefe de governo é politicamente independente do parlamento, mas, tal como os parlamentares, para exercer mandato por prazo prefixado.

III - Semipresidencialismo:
a) não há separação entre chefe de Estado (presidente) e chefe de governo (primeiro-ministro);
b) o chefe de Estado, eleito indiretamente pela população, dispõe de atribuições políticas próprias;
c) o chefe de governo depende da maioria parlamentar para designação e subsistência no cargo.

Somente está correto o que se afirma em
(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

79. Sobre Poderes e relações entre poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), julgue os itens a seguir:

I - Os dezesseis anos dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), marcados por relações majoritariamente instáveis e conflituosas entre Executivo e Legislativo, serviram para confirmar os prognósticos pessimistas que abundavam nas análises da terceira onda de democratização que alertavam, por exemplo, sobre a “difícil combinação” de presidencialismo e multipartidarismo".
II - De acordo com o conceito de "presidencialismo de coalizão", conforme formulado por Sérgio Abranches, o presidente, ao assumir o cargo, se vê diante da necessidade de formar alianças políticas para governar eficazmente. A formação de maiorias no Congresso Nacional para aprovar legislação e implementar suas políticas não é automática, exigindo intensa negociação com partidos políticos e parlamentares de diferentes grupos e ideologias. O ambiente multipartidário e fragmentado impõe custos adicionais a esse processo. o federalismo, por sua vez, é um componente fundamental do sistema político brasileiro que suaviza o dilema institucional brasileiro.
III - A judicialização da política no Brasil, fenômeno observado também em várias democracias contemporâneas, está associada à ideia de que o Judiciário passou a atuar em diversas questões antes alheias às funções primárias da jurisdição, desde questões atinentes ao processo democrático, às relativas a competências administrativas e legislativas dos outros Poderes e mesmo ao processo de implementação de políticas públicas. Essa crescente intervenção de juízes e demais atores do sistema judicial têm implicações significativas para o equilíbrio de poderes e o funcionamento do sistema político do país.

Somente está correto o que se afirma em
(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e III.
(E) II e III.

80. Os princípios representativos fundamentam a legitimidade dos regimes, a formação da autoridade, os arranjos institucionais e as formas de vinculação entre os cidadãos e o poder nas democracias contemporâneas. Todavia, o tema da crise de representação está presente hoje não só nos debates acadêmicos como nos meios políticos de todos os países democráticos.

É amplamente reconhecido que as eleições são instrumentos insuficientes de expressão da soberania popular, de responsividade e de representatividade dos governantes. O peso desmesurado do poder econômico, a corrupção relacionada ao financiamento de campanhas, a desproporcionalidade na tradução de votos em cadeiras, entre outros, questionam os parlamentos como espaços de representação. Além disso, o declínio acentuado do comparecimento às urnas na maior parte das democracias indica igualmente que os partidos são cada vez menos capazes de representar opiniões, interesses, valores e, sobretudo, as novas identidades que surgem nas sociedades atuais,em processo de profundas transformações no mundo do trabalho e no plano da cultura (PRZEWORSKI, STOKES & MANIN, 1999a; MIGUEL, 2003; LAVALLE, HOUTZAGER & CASTELLO, 2006).
Maria Rita Loureiro. Interpretações contemporâneas da representação. Revista Brasileira de Ciência Política. n.º1. Brasília, jan.-jun./2009, p. 63.

Tendo o texto acima como referência inicial, com relação à representação política, marque o enunciado incorreto:

(A) A institucionalização de arenas de comunicação e controle continuados entre a sociedade e os representantes (como por exemplo, conselhos de gestão e fiscalização de políticas

públicas, agências formativas de opinião pública, entre outros) tanto na esfera legislativa como na executiva (e em sua burocracia encarregada de implementar as políticas públicas) são exemplos de iniciativas que podem aperfeiçoar o vínculo entre representantes e representados, durante os mandatos.

(B) Considerando "eficácia legislativa" como a habilidade que um parlamentar possui em avançar com um projeto de lei oriundo de sua agenda política através do processo legislativo, transformando-o em lei, há evidências de que fatores como financiamento de campanha, o gênero ou ser membro da coalizão do Executivo não apresentaram relação significativa com a variável eficácia, a despeito de hipóteses em sentido contrário nos estudos legislativos contemporâneos.

(C) Do ponto de vista do incremento na representação das mulheres, há evidências empíricas, em estudos legislativos no Brasil, apontando que as conquistas das mulheres ainda são incipientes, a começar pelo baixo percentual que ocupam nas casas legislativas.

(D) No âmbito da democracia deliberativa, há uma corrente que defende a representação por discurso, que seria viável nos casos em que a representação de indivíduos não seja possível, a exemplo do debate de questões internacionais, em que é difícil definir demos.

(E) A judicialização da política, entendida como a ampliação das áreas de atuação dos tribunais pela via do poder de revisão judicial de ações legislativas e executivas, baseado na constitucionalização de direitos e dos mecanismos de checks and balances, é entendida pela literatura como um fator determinante do aprimoramento da representação política.

81. Ao considerar dois principais modelos de democracia - a democracia majoritária, que se concentra na obtenção de maiorias claras, e a democracia consensual, cujo objetivo é a maior ampliação possível da maioria, julgue os itens a seguir:

I - A existência de um tribunal constitucional é característica do modelo de democracia majoritária.
II - A independência do banco central de um país está associada ao modelo de democracia consensual.
III - Bicameralismo, voto proporcional e sistemas multipartidários são características associadas ao modelo consensual de democracia.

Somente está correto o que se afirma em:
(A) I.
(B) II.
(C) III.
(D) I e II.
(E) II e III.

82. Mecanismos de accountability (ou responsabilização) são indispensáveis à democracia, por serem capazes de incentivar os governantes à aprimorar os serviços públicos e a desenvolverem sua capacidade de responder às demandas dos cidadãos. Além da discussão já consolidada sobre os tipos de accountability (vertical, horizontal e societal), a literatura na área identifica as seguintes formas de responsabilização, EXCETO:

(A) por controle clássicos.
(B) por controle parlamentar.
(C) pela introdução da lógica de resultados.
(D) por meio de controle judicial.
(E) por meio de controle social.

83. Os partidos políticos e os sistemas eleitorais representam mecanismos essenciais ao funcionamento da democracia representativa. Sobre esse tema, indique o enunciado correto:

(A) Os sistemas eleitorais majoritários, que tomam a vontade da maioria dos eleitores como critério exclusivo na distribuição dos cargos públicos e na formação das decisões políticas, levam, a longo prazo, à crise de legitimidade das instituições de representação política.
(B) Em todas as sociedades democráticas o progressivo desenvolvimento organizacional, a crescente complexidade dos objetivos e das decisões, a profissionalização e estabilização das lideranças levam os partidos políticos ao exercício de um poder do tipo oligárquico.
(C) Os sistemas eleitorais proporcionais destinam-se a estabelecer a perfeita igualdade de voto e a dar a todos os eleitores o mesmo peso, de modo a admitir a representação política equilibrada de todas as ideias, interesses e necessidades de uma sociedade.
(D) Os sistemas eleitorais proporcionais resolvem uma das grandes contradições da política nas sociedades complexas ao promover a representação da totalidade do sistema social com estabilização do suporte governamental.
(E) O fortalecimento do sistema de representação depende da consolidação do mandato imperativo, que vincula os representantes aos representados por meio do estabelecimento de um mandato de base territorial.

84. A expressão "judicialização da política" passou a ser utilizada pelas ciências sociais a partir da obra de Tate e Vallinder (1995), na qual os autores abordam não apenas o conceito, mas também as condições institucionais para o processo de expansão do Poder Judiciário no processo decisório das democracias contemporâneas, em uma pesquisa empírica comparada em diferentes países. Os autores identificam dois contextos principais para a judicialização da política: (1) a transferência do processo de decisão do Poder Legislativo e do Poder Executivo para as cortes; e (2) a expansão dos métodos de decisão judicial para além do campo estritamente jurídico.

Entre as condições institucionais destacadas estão:

a) democracia, condição necessária mas não suficiente para o surgimento da judicialização;
b) separação dos poderes, mas também não suficiente isoladamente;
c) política de direitos, especialmente quando positivada em constituição;
d) uso dos mecanismos de controle de constitucionalidade por grupos de interesse na realização de seus objetivos;
e) uso desses mecanismos por grupos de oposição para alterar decisões aprovadas pela maioria;
f) ineficiência das instituições majoritárias, como quando as cortes reconhecem direitos das minorias;
g) percepção das instituições políticas como ineficazes, em contraste com a confiança no Judiciário;
h) delegação, por parte de instituições majoritárias, de questões de alto custo político às cortes, como aborto e eutanásia.

TATE, C. Neal; VALLINDER, Torbjörn (org.). *The global expansion of judicial power*. New York: New York University Press, 1995.

No Brasil, o protagonismo judicial também se manifesta na judicialização de políticas públicas, quando o Judiciário intervém em políticas governamentais específicas — como saúde, educação ou habitação — para suprir omissões, corrigir falhas ou avaliar a conformidade constitucional de ações estatais, podendo influenciar qualquer fase do ciclo da política (formulação, implementação, avaliação).
Com base nesse contexto, assinale a alternativa INCORRETA:

A) Na judicialização de políticas públicas, o Judiciário pode determinar a execução de um programa já existente, como o fornecimento de medicamento previsto no SUS, atuando diretamente na implementação da política.

B) A judicialização de políticas públicas pode ocorrer na fase de formulação, quando o Judiciário supre omissão legislativa que inviabiliza a regulamentação de um direito previsto na Constituição.
C) A judicialização da política, diferentemente da judicialização de políticas públicas, incide sobre questões estruturais do sistema político (*politics*), podendo envolver o uso do controle de constitucionalidade por grupos de oposição para alterar decisões aprovadas pela maioria.
D) Uma das condições institucionais apontadas por Tate & Vallinder para a expansão da atuação judicial é a percepção de ineficácia das instituições políticas e a maior confiança no Judiciário.
E) A judicialização de políticas públicas pode se desenvolver de forma ampla e contínua mesmo em regimes autoritários, desde que exista separação formal de poderes e tribunais funcionando regularmente.

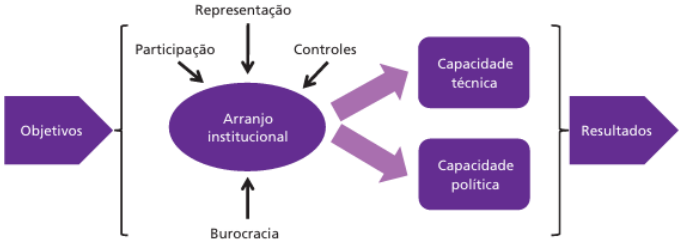
Considere os textos sobre capacidade estatal e democracia

O conceito de capacidade estatal tem suas raízes no programa de pesquisa neoweberiano da ciência política[....]surgida nos anos 1980 com o objetivo de compreender o papel do Estado no desenvolvimento econômico. Essa linha de pesquisa se desenvolveu a partir de discussões sobre a formação e autonomia do Estado, destacando a monopolização coercitiva do poder e a burocracia estatal [....]
Skocpol (1985) define capacidade estatal como a competência da burocracia em implementar objetivos oficiais, mesmo diante de oposição ou circunstâncias adversas. Posteriormente, Evans (1995) expandiu essa definição, argumentando que a capacidade do Estado para implementar políticas públicas decorre da coerência interna da burocracia e de sua conexão externa com as estruturas sociais circundantes. Ele desenvolveu o conceito de "autonomia inserida" como fonte da capacidade estatal nos países desenvolvimentistas, ressaltando a importância da interação entre burocracias e atores privados.

GOMIDE, Alexandre; PIRES, Roberto. **Capacidades estatais em ação: a abordagem dos arranjos de implementação de políticas públicas**. In: GOMIDE, Alexandre; MARENCO, André (org.). ***Capacidades estatais: avanços e tendências***. Brasília: Enap, 2024. p. xx-xx. (Cadernos Enap, 133).

Texto 2
Na literatura dedicada à análise das experiências históricas de desenvolvimento, as capacidades do Estado – sobretudo aquelas relativas à dimensão técnico-administrativa – são admitidas como chave para o entendimento e fortalecimento dos processos de desenvolvimento nacional em bases consistentes (Evans; Rauch, 1999). No entanto, argumenta-se, tal literatura dedicou pouca atenção às capacidades políticas, necessárias à definição de uma visão de futuro e à construção dos consensos indispensáveis para a realização de políticas públicas (Edigheji, 2010).
Assim, entende-se que as capacidades políticas estariam associadas à promoção da legitimidade da ação estatal em contextos democráticos, por meio da mobilização da sociedade e da articulação e compatibilização de interesses diversos em torno de plataformas comuns.
É certo que a capacidade técnico-administrativa para implementação de políticas de desenvolvimento pode existir tanto em regimes democráticos quanto em autoritários — como nos casos de Estados desenvolvimentistas do Leste Asiático.
O modelo analítico utilizado pode ser resumido na Figura 1:

FIGURA 1
Modelo analítico adotado



As capacidades técnico-administrativas e políticas derivam das relações entre as burocracias do Executivo e os atores dos sistemas representativo, participativo e de controles em cada setor específico. São os arranjos institucionais que dotam o Estado das habilidades necessárias para

implementar seus objetivos e que explicam os resultados alcançados por cada política pública.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (ed.). ***Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas***. Brasília: Ipea, 2014. 385 p.

Caso — Vacinação contra a Covid-19 no Brasil
A vacinação contra a Covid-19 revelou avanços e fragilidades das capacidades estatais: instituições como a Fiocruz e o Instituto Butantan demonstraram **capacidade técnico-administrativa** para produzir e distribuir vacinas em larga escala; por outro lado, conflitos federativos, atrasos na coordenação nacional e disputas políticas sobre aquisição e obrigatoriedade dos imunizantes expuseram limites da **capacidade política** do Estado em articular consensos e garantir legitimidade à ação pública.

85. Com base nos textos e no caso apresentado, assinale a alternativa INCORRETA:

A) A produção e a logística de vacinas pela Fiocruz e pelo Butantan expressam capacidade técnico-administrativa, vinculada à eficiência e coerência da burocracia estatal.
B) A dificuldade do governo federal em articular consensos com governadores e prefeitos durante a vacinação expôs fragilidades da capacidade política, relacionada à legitimidade e à coordenação de interesses diversos.
C) A judicialização da saúde durante a pandemia, com decisões obrigando a aquisição de vacinas e a execução de planos de imunização, evidencia o papel dos arranjos institucionais de controle na formação de capacidades estatais.
D) O conceito de “autonomia inserida”, de Evans (1995), indica que a capacidade estatal decorre unicamente da autonomia da burocracia frente à sociedade, sem depender de relações externas com atores privados ou sociais.
E) A efetividade da vacinação contra a Covid-19 demonstra que a qualidade das políticas públicas depende da combinação entre capacidades técnicas e políticas, produzidas nos arranjos institucionais que articulam representação, participação, controle e burocracia.

POLÍTICAS PÚBLICAS

86. Na teoria sobre o ciclo das políticas públicas, uma das “etapas” é fortemente afetada pela atuação de atores invisíveis e por empreendedores de políticas, que atuam explorando janelas de oportunidades. Indique qual etapa é descrita com a utilização desses conceitos:

(A)Avaliação
(B)Implementação
(C)Formulação
(D)Formação da agenda
(E) Execução

87. No ciclo de uma política pública, são estabelecidos vários procedimentos para racionalizar as suas etapas, do início, de comprovação da sua necessidade, até a apresentação de resultados e posterior revisão. Nesse sentido, verifica-se que

(A) a análise ex ante não faz parte do ciclo de uma política pública, tendo em vista que ela já foi efetivamente desenhada.
(B) a identificação do problema somente pode ser realizada ao longo da execução da política.
(C) a avaliação da política deve ser planejada antes da sua execução, trazendo clara a definição de indicadores, ações e possíveis resultados esperados.
(D) o monitoramento é uma etapa do ciclo definida temporalmente ao final da política, trazendo os resultados gerados pela política.
(E) as estratégias de governança e accountability são realizadas apenas na etapa final do ciclo da política pública.

Leia o texto a seguir:

O Programa Nacional de Apoio à Inovação Tecnológica – TECNOVA III, lançado no Estado do Rio de Janeiro pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), tem como objetivo apoiar empresas sediadas no território fluminense no desenvolvimento de produtos, serviços ou processos inovadores.

O programa disponibiliza R$ 23,985 milhões em recursos não reembolsáveis, na modalidade de subvenção econômica, sendo R$ 15,99 milhões provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/FINEP) e R$ 7,995 milhões da FAPERJ e/ou do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (FATEC). Cada projeto selecionado pode receber até R$ 600 mil.
O TECNOVA busca criar condições financeiras favoráveis de apoio à inovação para o crescimento rápido e sustentável de empresas e *startups*, estimulando a competitividade e a ampliação das atividades de inovação no ambiente empresarial. Podem participar empresas sediadas no Estado do Rio de Janeiro que atendam aos requisitos estabelecidos no edital, com projetos enquadrados nas áreas temáticas prioritárias definidas pelo programa.
Fonte: FAPERJ. "FAPERJ e FINEP lançam o Programa TECNOVA III para impulsionar a inovação em empresas fluminenses". Publicado em 09/10/2025.

88. Com base na tipologia de políticas públicas proposta por Theodore J. Lowi, o programa descrito pode ser classificado predominantemente como uma política

A) regulatória.
B) distributiva.
C) constitutiva.
D) redistributiva.
E) enunciativa.

DIGNIDADE MENSTRUAL
Governo divulga critérios de distribuição de absorventes higiênicos no SUS
Serão beneficiadas pessoas matriculadas na rede pública e registradas no CadÚnico. Distribuição poderá ocorrer em escolas, unidades básicas de saúde, unidades de acolhimento do SUAS e sistema prisional.

O Governo Federal divulgou, nesta segunda-feira (19), uma portaria interministerial com alguns dos critérios práticos de funcionamento do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, que garante absorventes gratuitos a cerca de 24 milhões de pessoas em condição de vulnerabilidade social. O público-alvo é formado por pessoas registradas no Cadastro Único do Governo Federal e abrange pessoas em situação de rua ou de pobreza. Inclui ainda pessoas matriculadas na rede pública de ensino estadual, municipal ou federal, em todas as modalidades de ensino, que pertençam a famílias de baixa renda, assim como aquelas que estejam no sistema penal ou cumprindo medidas socioeducativas.

Distribuição
Os absorventes poderão ser distribuídos em estabelecimentos da Atenção Primária à Saúde e escolas da rede pública, além de unidades da rede de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, presídios, instituições para cumprimento de medidas socioeducativas e outros equipamentos que atendam as especificações do Programa.

Campanhas
O Governo Federal prevê campanhas publicitárias para esclarecer o público sobre os temas relativos à dignidade menstrual, combater desinformações sobre o tema e produzir materiais gráficos para divulgar o programa.

Capacitação
Estão previstas ações de capacitação de agentes públicos para disseminar informações e serviços sobre o tema, em forma de cursos de curta duração, de preferência a distância, e ações de educação coletiva, respeitando as realidades regionais.

Dignidade
A dignidade menstrual é questão que envolve aspectos de saúde pública, educação, cidadania e autoestima. Há milhares de pessoas que menstruam sem acesso a absorventes. Em consequência, meninas deixam de frequentar aulas por vergonha, e mulheres usam formas inadequadas de contenção do fluxo, como papel higiênico e até miolo de pão.

Critérios
Segundo o texto, as aquisições levam em conta normas de qualidade estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a estimativa de ciclo menstrual mensal e de uso

médio de unidades de absorventes estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Governo divulga critérios de distribuição de absorventes higiênicos no SUS. Saúde e Vigilância Sanitária. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 19 jun. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/governo-divulga-criterios-de-distribuicao-de-absorventes--higienicos-no-sus. Acesso em: 2 jan. 2023. Adaptado.

O texto mostra que a implementação de uma política envolve explicitar no seu desenho todas as decisões que devem ser tomadas, o público-alvo, os recursos empregados, as ações a serem feitas, seus resultados e suas possíveis revisões. Ou seja, por trás da elaboração de uma política ou programa está a utilização do modelo lógico.

89. Com base no texto e nos componentes do modelo lógico, julgue os itens e, em seguida, assinale a alternativa correta:
I - A carga horária de trabalho dos agentes de saúde para as ações de educação coletiva é contabilizada como parte dos insumos da política.
II - O Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual tem como produto a capacitação dos agentes públicos para disseminar as informações e os serviços sobre o tema.
III - O Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual tem como insumo a distribuição de absorventes de forma gratuita para 24 milhões de pessoas.
IV - No Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual, tem-se como resultado uma caracterização qualitativa das meninas com dificuldades nessa área.
V - Um impacto esperado do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual é a redução do absenteísmo escolar.

(A) Todas as alternativas são verdadeiras.
(B) São falsas as alternativas II, III e IV.
(C) São verdadeiras as alternativas I, IV e V.
(D) É verdadeira somente a alternativa V.
(E) São falsas as alternativas II, III e V.

90. No dizer da Casa Civil, a avaliação ex post permite levantar evidências sobre o desempenho da política pública, sendo uma ferramenta fundamental para orientar a tomada de decisão durante – ou após – a execução da mesma. Avalie as alternativas abaixo, indicando se são Falsas ou Verdadeiras e assinale a sequência correta.
( ) O Monitoramento corresponde à avaliação de processo, pois ocorre ao longo da implementação - o exame contínuo dos processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas - realizado pelo próprio órgão responsável pela política pública.
( ) A Avaliação Executiva focaliza especificamente a gestão e implementação de uma política pública bem como seus pontos de aprimoramento e apontar a necessidade de eventual avaliação mais aprofundada de tópicos específicos.
( ) Avaliação de Desenho da Política compreende a revisão da teoria do programa, verificando a sua consistência e lógica, ou coerência interna a fim de averiguar a possibilidade de erros ou falhas no desenho e propor mudanças a fim de superá-los.
( )Avaliação da Implementação, que se baseia na técnica de gestão de riscos, tem como objetivo verificar se a política é executada conforme o seu desenho, identificando se os elos entre os insumos, os processos e os produtos estão condizentes com o esperado, ou mesmo se podem ser aprimorados.
(A)V-F-V-F-
(B) F-F-V-V
(C)F-V-F-V
(D)F-F-V-F
(E)V-F-V-V

91. As políticas públicas no Brasil frequentemente são influenciadas por coalizões de defesa, grupos de atores que compartilham crenças e valores comuns e que trabalham juntos para influenciar a formulação e implementação de políticas. Um exemplo marcante desse modelo no Brasil foi a formulação da política de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS). Diversas coalizões de defesa, incluindo profissionais de saúde, acadêmicos, movimentos sociais e organizações não governamentais, se uniram para promover uma

política de saúde universal e equitativa. Estas coalizões trabalharam em conjunto, influenciando a agenda política e articulando-se com acontecimentos externos, como a redemocratização do país, para moldar a política de saúde.
Segundo Paim et al. (2011), o SUS é fruto de um movimento social e político que teve início na década de 1970, com a participação de diversos atores que defendiam a reforma sanitária. Este movimento foi fundamental para a constituição do SUS, consolidando a saúde como direito universal e dever do Estado. A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde de 1990 formalizaram essa conquista, resultando em um sistema de saúde descentralizado e participativo .
As políticas públicas têm o objetivo de criar ações para resolver um problema de sociedade. Nesse sentido, decisões devem ser tomadas da melhor forma, para que a política atinja o seu melhor resultado. Com relação ao modelo de decisão conhecido como coalizão de defesa, assinale a afirmativa correta.

A) A política pública deve ser instituída por um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que, ao se articularem com os acontecimentos externos, recebem seus parâmetros de formulação.
B) A formulação da política pública se baseia na escolha de uma solução pré-definida de problemas, constituídos pela compreensão limitada dos tomadores de decisão sobre o que é de fato necessário.
C) O estabelecimento da agenda de políticas públicas deve ser determinado a partir da janela de oportunidade resultante do encontro de três fluxos-chave: político, dos problemas e das soluções.
D) A solução dos problemas por meio de políticas públicas deve ser feita de maneira gradual, sem introduzir grandes rupturas no sistema que possam causar conflitos sociais.
E) A formulação de políticas públicas no modelo de coalizão de defesa depende exclusivamente de fatores internos do governo, desconsiderando influências externas e o contexto sociopolítico.

92. O Estado X estabeleceu, no seu Plano Plurianual (PPA), a meta de reduzir a taxa de trabalho infantil de 10% para 0% até o final do ciclo orçamentário. Para atingir essa meta, o Estado definiu programas específicos distribuídos entre diferentes áreas, como educação, assistência social e geração de renda familiar, visando criar condições que desestimulem o trabalho infantil.
Cada programa do PPA possui metas físicas e indicadores quantificados, que permitem monitorar o progresso e avaliar a efetividade das ações implementadas. No entanto, o orçamento é limitado, e os gestores devem tomar decisões para otimizar o uso dos recursos e garantir que as metas e os indicadores do PPA sejam alcançados.
Diante do objetivo de reduzir o trabalho infantil e da necessidade de otimizar o uso do orçamento, a estratégia mais eficaz para maximizar o impacto dos programas e atingir a meta de redução planejada seria

A) reduzir o orçamento dos programas de geração de renda familiar e redirecionar esses recursos para a educação, já que muitas crianças envolvidas no trabalho infantil estão fora da escola.
B) priorizar investimentos em assistência social, ampliando o apoio direto às famílias e incentivando a permanência das crianças nas escolas por meio de bolsas e incentivos financeiros, com metas físicas e indicadores claros para acompanhar o progresso.
C) manter o orçamento atual para todos os setores, mas fortalecer as ações de fiscalização e punição do trabalho infantil, sem aumentar investimentos em educação e assistência social.
D) realocar recursos de programas de combate ao desemprego adulto para programas educacionais e sociais voltados à infância, sob a premissa de que a redução do trabalho infantil depende do apoio à família.
E) concentrar todos os recursos no fortalecimento de programas de geração de renda familiar, garantindo que as famílias tenham recursos financeiros suficientes para que os pais possam manter seus filhos fora do trabalho infantil, sem ampliar os investimentos em educação e assistência social.

93. Antes da implementação de um programa municipal voltado à prevenção da violência em áreas de alta vulnerabilidade, a equipe técnica elaborou um modelo lógico para organizar os principais elementos da intervenção. O diagrama, entretanto, apresentou fragilidades: algumas atividades, como oficinas comunitárias e

patrulhamento escolar, não estavam vinculadas aos insumos necessários à sua execução; determinados produtos (relatórios de mediação de conflitos, por exemplo) não se conectavam a resultados mensuráveis; e os impactos esperados, como "redução da criminalidade", não derivavam logicamente das ações propostas.
Considerando os fundamentos da avaliação *ex ante* e a função do modelo lógico no desenho de programas de segurança pública, é correto afirmar que essas inconsistências revelam

A) um erro de planejamento orçamentário, cuja correção deve ocorrer após o início da execução e da coleta de dados empíricos.
B) uma limitação típica da fase *ex post*, pois o modelo lógico não se aplica à análise prévia de programas ainda não implementados.
C) um equívoco de formulação de indicadores de desempenho, que deve ser corrigido obrigatoriamente na etapa de monitoramento.
D) uma distorção metodológica inexorável, já que a articulação entre insumos, produtos e impactos se ratifica após a mensuração de resultados.
E) uma deficiência de coerência interna no desenho da intervenção, comprometendo a lógica causal entre recursos, atividades e efeitos esperados da política.

94. A Constituição de 1988 ampliou a esfera de decisão de estados e municípios na condução de políticas públicas, aprofundando a descentralização de poder entre as unidades da federação. Um dos efeitos da descentralização foi:

A) a aproximação das capacidades administrativas entre estados, já que a ampliação de competências produziu um padrão de atuação relativamente uniforme.
B) a redução da necessidade de coordenação federal, pois a autonomia subnacional passou a ser suficiente para organizar a implementação das principais políticas públicas.
C) a exposição de diferenças relevantes entre os estados, pois apenas parte deles dispõe de estrutura administrativa adequada para assumir as novas funções.
D) a primazia da cooperação horizontal entre governadores, que se consolidou como o mecanismo principal para ajustar responsabilidades e orientar a ação estatal.
E) a definição autônoma das agendas estaduais e municipais, que passaram a prescindir das diretrizes nacionais vinculadas aos sistemas de políticas públicas existentes.

95. Estudo recente sobre a implementação do Programa Bolsa Família mostra que podem existir, entre funcionários responsáveis pelo benefício, no âmbito local, concepções de que as beneficiárias estariam sendo acomodadas e preguiçosas. Estas, por sua vez, percebem tais funcionários como autoritários e preconceituosos e desconfiam que nem sempre atuem de maneira favorável aos seus direitos. Tais atitudes, que afetam sobremaneira a implementação de programas sociais no nível local, já foram descritas na literatura, chegando a originar importante elaboração teórica. Assinale abaixo o conceito correspondente:

(A) Implementação bottom-up
(B) burocracia de nível de rua
(C) coalizões de defesa
(D) empreendedores de políticas
(E) atores invisíveis

96. Avaliação e governança de políticas públicas são aspectos fundamentais para garantir a eficácia, a eficiência e a transparência na implementação de ações governamentais.
Assinale a opção que apresenta uma atividade de análise ex-ante.

A)Identificar o problema central.
B)Avaliar o impacto da política pública.
C)Analisar o aprendizado organizacional.
D)Identificar os efeitos positivos.
E)Avaliar o feedback e participação pública.

97. A avaliação da governança de uma política, segundo o método de multicritérios de apoio à decisão – MDCA, considera que
A)a definição de forma clara dos papéis e das responsabilidades da coordenação de uma política é indispensável.
B)a avaliação da governança deve considerar que os componentes do modelo de governança não possuem sobreposições.

C)o mecanismo de controle, entre os mecanismos de governança, é o que foca apenas a institucionalização.
D)as políticas que são transversais são mais difíceis de serem avaliadas, demandando outras formas de avaliação que não perpassem por múltiplos critérios.
E)os rumos da política são impossíveis de serem mudados se a governança já está estabelecida.

98. Na avaliação econômica, calculamos os custos e os benefícios de uma política comparando-os com alternativas de políticas ou programas.
Nesse sentido, na análise custo-benefício,
A)o benefício de um projeto será monetizado considerando o impacto gerado exclusivamente no beneficiário.
B)o custo de oportunidade é um custo implícito e que muitas vezes corrige distorções no cálculo do retorno econômico.
C)o cálculo do custo econômico incorpora os gastos orçamentários diretos em todas as etapas de implementação e execução da política.
D)a avaliação será sempre realizada ex post, na medida que os custos e os benefícios já estão materializados.
E)toda política com uma relação custo-benefício favorável deve ser implementada.

99. A avaliação de impacto de um programa ou de uma política
(A) é desenhada sempre durante a implementação do programa.
(B) é feita usualmente pela equipe gestora do programa.
(C) tem sua temporalidade contínua.
(D) traz sobretudo evidências descritivas.
(E) traz evidências de que as mudanças foram provocadas pelo programa ou pela política.

100. Considere que, ao se realizar uma avaliação de uma política ou de um programa, são escolhidos indicadores quantitativos para calcular o impacto da política ou do programa. Esses indicadores devem ter determinadas qualidades, visto que eles devem

(A) ser usados para estabelecer metas, e, nesse caso, apenas calculados para a fase final do programa da política.
(B) ser capazes de traçar todas as características gerais do programa.
(C) ser atemporais, não sendo influenciados pelo contexto quando calculados.
(D) ser calculados sempre a partir de fontes de dados primárias.
(E) especificar o que deve ser medido para se atingir uma meta/um resultado.